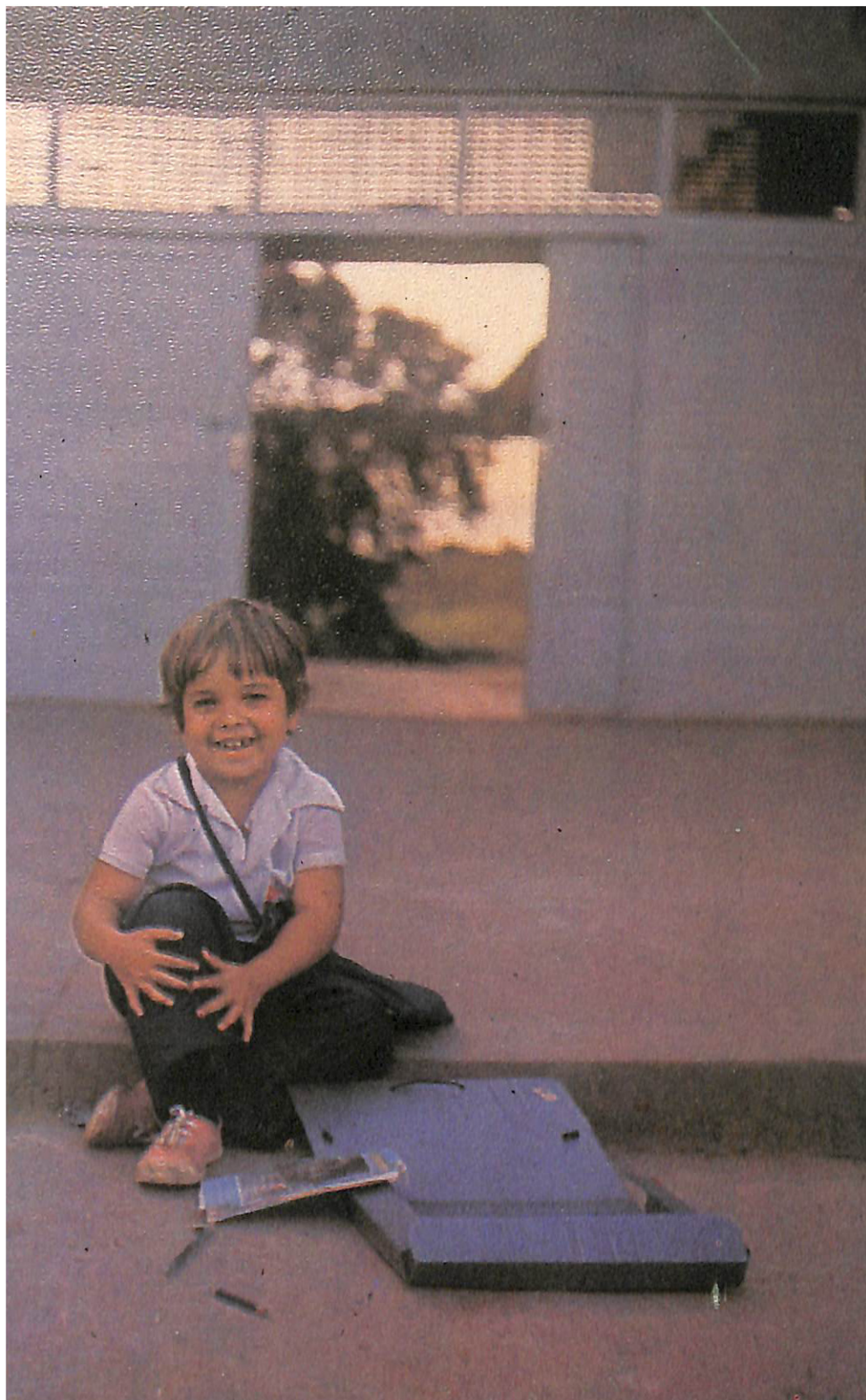


março 75/78

três anos de educação

no governo roberto santos





três anos de educação



no governo
roberto santos

março 75/78



Governador
ROBERTO FIGUEIRA SANTOS

Secretário da Educação e Cultura
CARLOS CORRÊA DE MENEZES SANT'ANNA

Presidente do Conselho Estadual de Educação
EDVALDO MACHADO BOAVENTURA

Presidente do Conselho Estadual de Cultura
JOSÉ CALAZANS BRANDÃO DA SILVA

Chefe de Gabinete
BERNARDO FERNANDO VIANA PEREIRA

Assessor Chefe
ANTONIO TEMÓTEO DOS ANJOS SOBRINHO

Diretor do Serviço de Administração Geral
ELDER POMPÍLIO FERREIRA DE ABREU

Coordenador Central das Coordenadorias Regionais
GUILARDO FALCÃO DE CAMPOS

Coordenador do PRO-FAS
OSVALDO AMÉRICO DE BRITO

Diretor do Departamento de Ensino de 1º Grau
ASTOR DE CASTRO PESSOA

Diretora do Departamento de Ensino de 2º Grau
MARIA ISABEL BITTENCOURT DE OLIVEIRA DIAS

Diretora do Departamento de Ensino Superior
LÍCIA REGINA MOREIRA DE SOUZA DA FONSECA

Diretor do Departamento de Educação Física
ROMEU BRANDÃO SOARES

Diretor do Departamento de Ensino Supletivo
JOSÉ BONIFÁCIO MASCARENHAS REIS

Diretor do Serviço de Construções e Reparos
MÁRIO CARDOSO DA COSTA NETO

Diretor do Arquivo Público do Estado da Bahia
RENATO BERBERT DE CASTRO

Diretora do Instituto de Radio Difusão Educativa da Bahia
ARISTOCLÉA MACEDO DOS SANTOS

Diretor do Centro de Treinamento da Bahia
FERNANDO BRANDÃO DE SOUZA

Diretor da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
MÁRIO MENDONÇA DE OLIVEIRA

Diretor da Fundação Cultural do Estado da Bahia
VALENTIN CALDERON DE LA VARA

Reitor da Fundação Universidade de Feira de Santana
GERALDO LEITE

Diretor da Faculdade de Formação de Professores de Alagoinhas
DENISE GURGEL NASCIMENTO

Diretor da Faculdade de Formação de Professores de Jequié
MILTON RABELO

Diretor da Faculdade de Formação de Professores de Vitória da Conquista
PEDRO DE SOUZA GUSMÃO

Diretor da Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco
RAFAEL AUGUSTO CHAVES

assessores

Aydil Carvalho Marques
Ana Lúcia Barbosa Castelo Branco
Antonio Carlos Onofre S. S. Silva
Dulcinéa Monteiro Torres
Elza Tavares Souza
Eudelice Queiroz dos Anjos
Gecira B. S. P. Queiroz
Janes Gonçalves Brito
Lindóia Barreto Vinhas
Lúcia Maria Sant'Anna
Maria de Fátima Vaz Pereira Mota
Maria Lúcia de Oliveira Angeiras
Odilton R. de Oliveira
Otávio Mansur de Carvalho
Ramakrisna Bagavan dos Santos
Suzana Araújo Tavares

diretores de divisão

Ana Maria Geiger Pinho Dias Moraes
Antônia Maria Barbosa do Vale
Hermano José de Almeida Gouveia
Ivo de Sá Oliveira
Izolda Vieira Santos
Maria Lázara da Silva
Maria Lúcia Cintra
Raimundo Medrado Primo
Regina Maria Rebouças
Zorilda Andrade Vaz da Silva

apresentação

Neste relatório de execução programática, dá-se conta de todas as ações desencadeadas no sentido da promoção do homem; do seu crescimento individual e social. Em nenhum outro setor de atuação governamental é possível fazê-lo tão de perto quanto através da Educação.

Para a realização de tão honrosa tarefa não se regatearam meios ou esforços.

Congratulemo-nos pois uns com os outros; todos quantos contribuimos para o cumprimento e enriquecimento das metas educacionais propostas para estes três anos de governo.

Carlos C. de Menezes Sant'Anna.

introdução

Distinguiu-se a atuação deste Governo, no Setor Educação, pelo saneamento de tradicionais pontos de estrangulamento do Sistema Estadual de Ensino, nos seus diferentes graus, indicados em Documento Preliminar de Política Global.

A análise de dados e informes então disponíveis, ouvido o sistema, permitiu a imediata definição de áreas de concentração de recursos.

O Ensino Fundamental, propiciando uma educação de base a quase 90% da população escolarizada nos dois primeiros níveis, com vistas à ampliação de oportunidades educacionais não só em termos de "ingresso" de novos alunos quanto da "saída", ao nível de efetivamente concluintes, e, simultaneamente, à qualificação do Professorado Leigo das Administrações Municipais bem como à implantação de mecanismos indutores da melhoria da qualidade do ensino.

A Educação Pré-Escolar, requerendo indispensável incentivo, mediante a multiplicação de classe na Capital e no Interior, beneficiando todo um contingente populacional de baixa renda, na faixa etária de 04 a 06 anos, envolvendo aspectos fundamentais de educação, saúde e nutrição.

Ao nível de Assistência ao Educando, o Programa de Saúde Escolar, carecendo cuidadoso reexame, na perspectiva do amplo conceito de Saúde Escolar, não mais limitado à assistência médica e odontológica. Necessidade de promover uma estratégia de ação integrada, através do PROMUNICÍPIO/ASTEM, dos PDRI — Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado do POLONORDESTE e do HAPROL — Projeto de Habilitação do Professorado Leigo, carreando benefícios diretos para o desenvolvimento da Educação na Zona Rural dos Municípios interiores, integrando a Escola ao meio ambiente.

A flagrante escassez de vagas no Ensino de 2º Grau, de um lado, e, de outro, a necessidade inadiável de atender à profissionalização, imperativo da Lei 5692/71, exigindo a criação e construção de unidades de diferente porte e tipo.

Definiu-se ainda o Governo pelo estímulo ao Ensino Supletivo, atuando até então em duas Divisões, no 1º e 2º Graus, cuja organização e expansão advierem da consciência plena quanto ao significativo papel que lhe está reservado, em decorrência, sobretudo, da crescente demanda de educação e da incapacidade de o sistema regular de ensino poder absorvê-la no tempo próprio.

O Ensino Superior, por sua vez, requerendo infra-estrutura organizacional, em termos da definição de um plano racional de expansão de sua rede no Interior do Estado; da diversificação curricular além dos Estatutos, garantindo vantagens e direitos aos seus servidores, no exercício do Magistério.

As atividades sistêmicas, relativas à produção de Informações Estatísticas de Educação e Cultura também integram o rol de prioridades do governo, pois muito se ressentia o sistema, sobretudo na área de planejamento educacional, da existência de dados estatísticos confiáveis.

A priorização dessas áreas, no campo da educação, todavia, não eximiu esta administração de atender a tantos outros segmentos da educação, a Educação Especial, ou de decisivo interesse para a manutenção do sistema como a merenda escolar, a preparação de recursos humanos, a seleção e ingresso de Pessoal no sistema, a Supervisão e Orientação Educacionais, a Educação Física e a Teleducção.

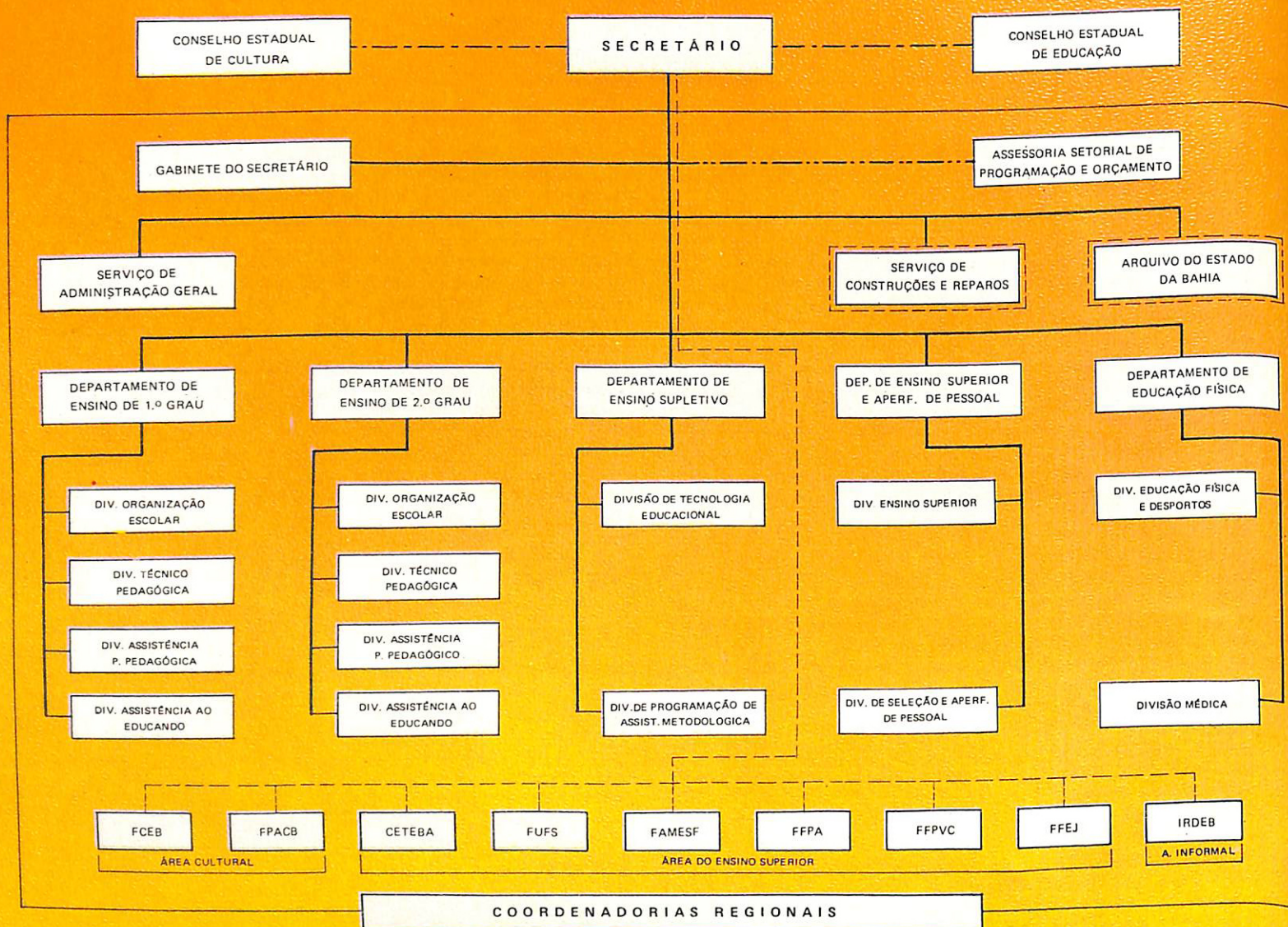
Para o leitor, uma visão ordenada e global do trabalho desenvolvido nesta administração somente será possível pela leitura sequenciada de mais dois outros documentos, o primeiro dos quais intitulado "Educação — Linhas Mestras do Governo para o quadriênio 75/79" (documento de causa), além deste Relatório, que lhe está intimamente vinculado (documento de efeito), à guisa de resposta em tempo presente, necessária e eficiente, e, num último estágio, projetando-se no futuro, o Plano Estadual de Educação, reforçando e ampliando campos de ação, identificando novas variáveis estratégias, induzindo todos, enfim, a execução de um trabalho conjunto, integrado e necessariamente produtivo.

O incentivo à Cultura e à sua difusão merece referência, à parte, pelo extraordinário desempenho das equipes integrantes das Fundações Cultural e do Patrimônio Artístico.

Aos Conselhos Estaduais de Educação e Cultura, agindo em perfeita sincronização com os respectivos órgãos da área executiva, cabe significativa parcela, no contexto dos programas e realizações alcançadas neste Governo.

organograma

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO DA BAHIA



sumário

Apresentação

Introdução

• **EDUCAÇÃO**

Educação Pré-Escolar.

Ensino de Primeiro Grau

Assistência ao Educando

Assistência Técnica aos Municípios

Ensino de Segundo Grau

Ensino Superior

Ensino Supletivo

Educação Especial

Educação Física e Desportos

Recursos Humanos

Atividades Sistêmicas:

Estatísticas Educacionais

Supervisão Educacional

Orientação Educacional

Teleducação

Criação e captação de novas fontes de recursos

Administração Geral

Conselho Estadual de Educação

• **CULTURA**

Fundação Cultural

Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural

Conselho Estadual de Cultura

• **DESEMPENHO FINANCEIRO DA SEC**



Secretaria da Educação e Cultura - Pavilhão Navarro de Brito (Rua da Graça)

educação do pré-escolar

atendimento
regular a classes
pré-escolares

Atendendo com exclusividade à população infantil sócio-economicamente carente, da faixa etária de 04 a 06 anos, a Educação Pré-Escolar sofreu neste Governo notável incremento.

Objetivando dotar o sistema da infra-estrutura requerida pela expansão desse Programa, foi instalada a Equipe Central, produzindo, a curto prazo, o documento "Estudos Preliminares da Situação do Pré-Escolar, na Bahia", ensejando a elaboração de projeto específico. Em decorrência de sua execução, realizou a SEC dois Treinamentos, abrangendo 210 Professores e 51 Monitores além da execução de Seminários para Diretores e Docentes.

Considerada a importância atribuída pelo Projeto à participação imprescindível das Famílias e da Comunidade, foram treinadas 903 Mães de alunos das classes pré-escolares.

INCREMENTO DE CLASSES PRÉ-ESCOLARES 1975/77

Especificação ANOS	CLASSES EXISTENTES		CLASSES IMPLANTADAS		CRIANÇAS ATENDIDAS	
	CAP.	INT.	CAP.	INT.	CAP.	INT.
ATÉ 1975	75	58	—	—	2077	1603
1976	—	—	76	55	2035	1783
1977	—	—	39	28	903	976
1978	—	—	31	46	930	1380
TOTAL	75	58	146	129	5945	5742



Alunos da Escola Baroneza de Siqueira em recreio



PLAPE'S

Plano de Atendimento (diferenciado) ao Pré-Escolar



Além dessas classes regulares anexas a Unidades Escolares de 1º Grau, outras formas diferenciadas de atendimento vêm sendo utilizadas pela SEC, visando a maximização dos espaços disponíveis na comunidade, conforme prevê o Projeto original, tais como: auditório (Baronesa de Sauípe — Salvador); barracão (Antonio Guedes — Uruguai — Salvador); áreas cobertas (Alberto Valença — Salvador).

As classes PLAPE'S caracterizam-se pelo atendimento de turmas agrupadas, de 04 a 06 anos, compostas de até 60 crianças, num trabalho diversificado, conjugando Professor x Mãe de Aluno, enquanto as classes regulares comportam apenas o máximo de 30 crianças da mesma idade, com prioridade absoluta para as de 06 anos, atendidas por 1 professor.

As PLAPE'S somam 05, na Capital, com o total de 755 crianças, em diferentes turnos e 03, no Interior, atendendo a 550.

De um modo geral, a assistência destinada quer às classes regulares ou PLAPE'S envolve aspectos integrados de educação, saúde e nutrição, suprimindo as carências que afetam basicamente o desenvolvimento das crianças, além da distribuição de material didático e brinquedos educativos.

Merece realce o trabalho desenvolvido, neste triênio, em conjunto com as Voluntárias Sociais, implantando a SEC em 09 Centros Comunitários da Capital 12 classes pré-escolares, atendidas por Monitores.

Com vistas ao aproveitamento do programa educativo de TV o Sítio do Pica-Pau Amarelo, em convênio com o MEC, foram adquiridos 18 televisores a cores a serem implantados em telepostos, em UU.EE. Oficiais do Estado, estando previsto o treinamento dos Recursos humanos necessários à sua implantação.



Uma classe de PLAPE'S em recreio

Por determinação deste Governo, todos os prédios escolares, de 1º Grau trazem no seu projeto arquitetônico a previsão de, pelo menos, uma classe pré-escolar, objetivando assegurar a continuidade e expansão desse programa. De outro lado, vale ressaltar o apoio que os Setores de Educação das Prefeituras Municipais vêm destinando ao referido programa, no Interior do Estado, estimulados à criação de novas classes pré-escolares através da ação direta, da divulgação de manuais, distribuição de materiais e equipamentos, efetivadas pelas voluntárias Sociais, sempre com o apoio integral da SEC.

prédios construídos na capital

NOME DO PRÉDIO	LOCALIZAÇÃO	Nº DE SALAS		Nº DE VAGAS
		Comuns	Espec.	
1975/6				
Lomanto Júnior	Itapoã	1	3	120
Mascarenhas de Moraes	Itapoã	8	0	960
Alberto Valença	Cabula	8	2	960
Dantas Júnior	São Caetano	6	1	720
Pedro Calmon	Armação	7	8	840
Castelo Branco	Periperi	8	1	960
Manoel Devoto	Rio Vermelho	Ginásio	Esp.	
Alípio Franca	Bonfim	3	2	360
Carneiro Ribeiro	Soledade	25	0	3.000
1976/7				
Colégio da Bahia	Nazaré	—	15	900
Mª Amélia Santos	Pau da Lima	10	—	1.200
Cidade de Curitiba	Engº Velho Brotas	17	4	2.040
Evaristo da Veiga	Garibaldi	Administra.		
Bento Gonçalves	Faz. Gde. Retiro	10	0	1.200
Marcílio Dias	Aratu	5	0	600
Padre Vasconcelos	Faz. Sete de Abril	8	0	960
Rafael Serravalle	Pituba	5	5	600
Alte. Barros	Paripe	0	6	360
1977/8				
Leopoldo dos Reis	Baixa de Quintas	5	0	600
Lauro de Freitas	Lauro de Freitas	12	0	1.440
Santos Dumont	Pirajá	3	2	360
Carneiro Ribeiro — Bloco C	Soledade	0	8	480
João Pedro dos Santos	Bonocô	25	7	3.000
Aliomar Baleeiro	Pernambué	1	2	120
Arthur de Sales	Campinas	4	0	480
Visconde de Itaparica	Cabula	3	0	360
Paulo VI	Uruguai	17	5	2.040
Coutos	Coutos	8	0	960

total de vagas: 25.620



ensino de primeiro grau

**ampliação da
rede física**

**conjugação de
três grandes
projetos**



Considerada a demanda crescente ao nível do ensino fundamental quer nas zonas urbanas ou rurais e, de outro lado, a tradicional escassez de recursos, adotou o Governo uma estratégia intimamente conjugada com as diretrizes emanadas do Governo Federal em termos de planejamento e ação integrados, ajudando e orientando por sua vez as comunidades municipais, prevenindo a pulverização de recursos, antes, concentrando-os em programas e projetos prioritários, de maior abrangência e rentabilidade.

Nessa perspectiva, 03 (três) Projetos merecem destaque neste Governo:

— O **Projeto Operação-Escola**, atendendo, anualmente à demanda de ensino fundamental, quer da Capital ou do Interior, alocando recursos maciços para as zonas urbanas e, em menor escala para as rurais, possibilitou agregar, neste triênio, à rede de ensino fundamental, da Capital, um total de 293 salas de aula, todas equipadas, das quais 79 são especiais e, no Interior, 952, ensejando uma elasticidade de oferta da ordem de 25.680 e 114.240 vagas, respectivamente, nos 03 (três) turnos.

— Os **PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO — POLONORDESTE**, por sua vez, beneficiando as regiões de Irecê, Baía do Paraguaçu, Tabuleiros Costeiros Sul da Bahia e Além São Francisco, ensejaram um acréscimo de salas de aula equipadas, à zona rural, num total de 104, correspondendo ao incremento de 7200 vagas, em dois turnos.



Um detalhe do prédio escolar



Modelo de Escola Rural construída pelo Promunicípio/Astem



— **O PROMUNICÍPIO/ASTEM,** favorecendo com exclusividade a zona rural do Interior do Estado, proporcionou a agregação de mais 61 salas de aula à rede municipal de ensino, criando 7320 novas vagas.

Assim, os resultados globais alcançados através da execução desses três grandes projetos atingem o expressivo número de 1410 novas salas de aula, no período 75/78. Paralelamente, foram montados e executados projetos de capacitação, seleção e colocação de recursos humanos, visando a suprir as novas unidades escolares.

Vários municípios do Estado foram contemplados pelo Promunicípio/Astem com a construção de unidades escolares

**equipamento
e mobiliário
distribuídos
no triênio**

armários e arquivos 2.574

mimeógrafos 368

carteiras para alunos 129.500

cadeiras 9.402

maquinas datilográficas 435

mesas diversos tipos 3.672

**melhoria
da rede
de ensino**

Com referência à manutenção da rede física, providências foram tomadas no sentido de favorecer o bom funcionamento dos prédios escolares e face às depreciações, as reposições necessárias. Desse modo, 3.906 salas de aula da Capital e do Interior foram restauradas e 2.092, reequipadas.

Na promoção de melhorias qualitativas, no ingente esforço de minimizar a nocividade da massificação, este Governo concentrou recursos em áreas estratégicas de atuação, ora respondendo à execução de projetos prioritizados pelo MEC/DEF, ora operacionalizando medidas recomendadas pelo "staff" da própria SEC no encaminhamento de soluções eminentemente locais.

**novas
metodologias**

**avaliação da
aprendizagem
no currículo de
primeiro grau**

**ensino
da zona rural**

**currículo para
a zona rural**

Nesse contexto, novas metodologias vêm sendo aplicadas ao processo ensino-aprendizagem, às séries iniciais do ensino fundamental, visando a um grau satisfatório de eficiência já evidenciada em melhor nível de desempenho apresentado pelos alunos dessas primeiras séries, selecionados como indicador a aprendizagem da leitura, em 1.596 classes trabalhadas neste triênio, na Capital e no Interior, influenciando decisivamente nos 55% de promoção à 2ª série, em 1976, e 65%, em 1977, envolvendo um total de 47.880 alunos.

Considerando, ainda, os crônicos problemas de evasão e repetência, nas classes de primeira série, foram desencadeados mecanismos de acompanhamento, controle e avaliação da aprendizagem, atingindo Municípios-sede de 10 Coordenadorias Regionais.

Efetivando providências de ordem política e estratégica, reforçou o Governo o programa de melhoria da qualidade do ensino de 1º Grau, no Interior do Estado, sobretudo na Zona Rural, sempre tão esquecida das administrações centrais, ao desencadear uma ambiciosa investida com vistas a Habilitação do Professorado Leigo das Redes Municipais de Ensino, num total para este quadriênio de 10.000.

Dentro da mesma orientação programática e considerando aspectos de natureza técnico-pedagógica realizaram-se intensivos estudos e pesquisas, objetivando-se a produção de informações sócio-econômicas da Zona Rural do Estado com vistas à definição de uma proposta curricular para a área rural, cuja operacionalização, ao nível experimental, deverá ocorrer ainda em 1978, tendo sido elaborados os dois primeiros volumes de uma série de quatro.

**projetos
especiais
sec./Polo
nordeste**

**bacia do
paraguaçu**

Em ação integrada com o programa desenvolvido pelo POLONORDESTE, a SEC, responsável pela coordenação e execução do subprograma de educação ao nível do Estado da Bahia, atendeu a uma gama de providências junto à Comissão Estadual e ao MEC/DEF.

Neste triênio definiram-se quatro Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado — PDRI, envolvendo as regiões da Bacia do Paraguaçu, de Irecê, dos Tabuleiros Costeiros Sul e do Além São Francisco.

A área de abrangência do PDRI da Bacia do Paraguaçu, envolve 42 Distritos de 23 Municípios: Castro Alves, Santa Terezinha, Santo Estevão, Ipirá, Ipecaetá, Itaberaba, Iaçú, Boa Vista do Tupim, Marcondílio Souza, Planaltino, Utinga, Lagedinho, Wagner, Morro do Chapéu, Souto Soares, Seabra, Iraquara, Palmeiras, Piatã, Abaíra, Boninal, Itaetê e Lençóis.

Atendendo a extensão programa de Educação, elaborado para essa região neste período de Governo, foram recrutados, selecionados e contratados 42 professores de 1º Grau, nível I, e 06 Supervisores para os quais foi executado treinamento específico.

Criando infra-estrutura visando à promoção de nível satisfatório de produtividade, 06 Núcleos de Supervisão foram instalados nos municípios de Castro Alves, Ipirá, Itaberaba, Utinga, Morro do Chapéu e Seabra, todos em pleno funcionamento.

A execução dessas providências respondeu à construção e equipamento de 40 novas salas de aula e 02 existentes, objetivando atender a demanda efetiva, matriculado, de 2.144 crianças.

pro-irecê

Desse modo o Serviço de Supervisão educacional já instalado na região em pauta, está atendendo a 42 Distritos ou Povoados, envolvendo professores das classes implantadas pelo Projeto e existentes na área.

Além do treinamento inicial, os referidos professores e Supervisores, atuantes na área-objeto, participaram também de um curso de treinamento em Novas Metodologias de Alfabetização, com vistas a favorecer um nível satisfatório de desempenho nas duas primeiras séries de 1º Grau.

A instalação de cantina equipada em todas essas unidades escolares possibilitou o fornecimento imediato e regular da merenda escolar, graças também ao treinamento de 42 merendeiras e ativadoras educacionais além de 41 zeladoras.

Planejado em 1976, a execução do PDRI da Região de Irecê efetivou-se a partir de 1977, abrangendo 10 Municípios: Ibititá, Ibipeba, Jussara, Presidente Dutra, Central, Canarana, Barra do Mendes, Xique-Xique, Uibaí e Irecê.

Com base na programação definida para o período 76/78, as metas alcançadas no triênio estão traduzidas na construção e equipamento de 07 Prédios Escolares com 2 salas cada, ensejando a escolarização de 906 crianças.

No que se refere à preparação de Pessoal Docente, 2 (dois) Cursos de Treinamento foram realizados para 35 professores multiplicadores, sendo 15 atuantes nas novas escolas criadas pelo PDRI e 20, pertencentes à rede municipal, que trabalharão os demais Professores em exercício nas Zonas Rurais dos Municípios integrantes do Projeto.

Para atender ao funcionamento dessas Unidades Escolares foram contratados 03 (três) supervisores, 15 (quinze) professores, e 07 (sete) merendeiras.

**tabuleiros
costeiros sul**

**além
são francisco**

Abrangendo uma área que envolve 11 Municípios do Extremo Sul da Bahia — Una, Canavieiras, Mascote, Belmonte, Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália, Caravelas, Alcobaça, Nova Viçosa, Prado e Mucuri, o PDRI dos Tabuleiros Costeiros Sul da Bahia, vem realizando no setor educação um amplo programa, envolvendo, neste período de Governo, a construção e equipamento de 18 Unidades Escolares, com um total de 34 salas, ou seja uma oferta de 2.720 novas vagas. Na consecução dessas metas estão sendo beneficiadas as populações de Una, Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália, Caravelas, Alcobaça e Nova Viçosa.

Através Edital a SEC está promovendo a convocação, seleção e colocação de 34 Docentes.

O PDRI do Além São Francisco abrange 07 Municípios — Canapólis, Santa Rita de Cássia, Santa Maria da Vitória, Correntina, Côcos, Coribe e Riachão das Neves. Colocado sob a coordenação da SEC a partir do final do exercício de 77, as atividades desenvolvidas pela sua Coordenação circunscreveram-se à identificação dos problemas educacionais da área com imediata execução do Projeto específico de expansão física da rede de Ensino do 1º Grau, ao nível das quatro primeiras séries.



assistência ao educando



À população escolarizada de 1º Grau, oriunda, na sua maioria, de contingentes de baixa renda, destina-se com prioridade o Programa de Assistência ao Educando. Neste triênio foram mantidos e estimulados os subprogramas de Bolsas de Estudo Fardas Escolares, Material Didático, Livros Didáticos, inovando a SEC ao nível de Cooperativas Escolares e Clubes Agrícolas, beneficiando exclusivamente o 1º Grau e, os de Merenda Escolar, Compras de vagas e Saúde Escolar, atendendo, simultaneamente, aos dois primeiros graus do sistema de ensino.

Neste período de Governo, os resultados alcançados somaram:

3.368 bolsas de estudo

(819 para o ensino especial)

1.500.000 livros didáticos

1.347.970 merendas escolares

5.676 compras de vagas de 2.º grau

**13.241 compras de vagas de 1.º grau
– níveis II e III**

clubes agrícolas

cooperativas escolares

A implantação de Clubes Agrícolas Escolares responde a uma ação conjunta da SEC, Secretaria da Agricultura e do INCRA, interessados em seu funcionamento em Unidades de 1º Grau, sobretudo no meio rural, objetivando instruir e formar grupos juvenis para o trabalho agropecuário, na tentativa de fixá-los ao seu meio, prevenindo assim o êxodo rural. Em decorrência de sua implementação, foram realizados 16 treinamentos, abrangendo 47 Municípios, já implantados 02 (dois) Clubes Agrícolas Escolares, um em Itiruçu e outro em Serrinha.

O incentivo ao estudo e à prática do cooperativismo na Escola de 1º Grau advém do alto potencial educativo que acompanha as características evolutivas dos estudantes desse nível de ensino, na faixa etária de 7 a 14 anos.

A educação cooperativista objetiva desenvolver no educando a conscientização dos problemas sociais resultantes da atividade cooperativista e a criação de hábitos de participação social além da familiarização do indivíduo com problemas e organização do meio social, sua produção e consumo (1).

Atividade escolar estimulada pelo MEC/DEF, me-

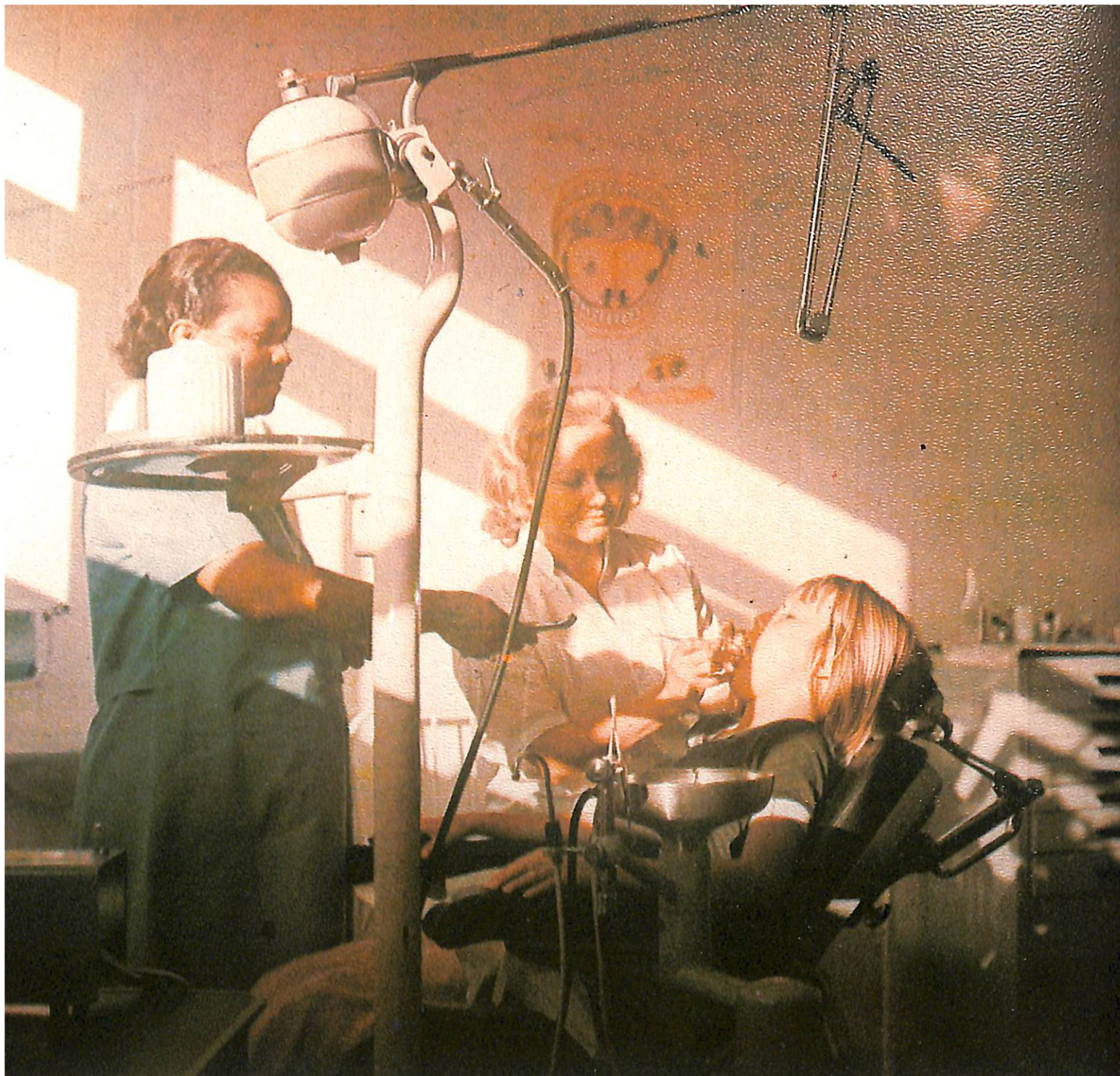
receu deste Governo todo o apoio, implantando a SEC, com a colaboração do INCRA, 03 (três) Cooperativas, na Capital e 09 (nove), no interior, tendo sido realizados 05 (cinco) Cursos de Cooperativismo, envolvendo 36 Municípios.

(1) Cooperativismo no Ensino de 1º Grau, in Serie Ensino Fundamental, 15 — MEC, 1975.

saúde escolar

Ao nível das atividades destinadas à assistência ao educando de 1º e 2º Graus, merece destaque especial o sub-programa de Saúde Escolar, tradicionalmente limitado à instalação e funcionamento de gabinetes médicos e odontológicos alcançando nesta administração toda a amplitude da sua real conceituação, cujo campo de referência compreende desde a assistência médica e odontológica até a nutricional, sanitária e social. Nessa linha de ação foi elaborado e vem sendo executado, a partir de 1976, projeto específico para a rede oficial do Estado, envolvendo 07 (sete) Complexos Escolares e 03 (três) Centros Integrados, ou seja: 40 Unidades e 12.542 alunos. Atendendo à programação definida para o triênio em exame, foi realizada a avaliação e tratamento médico odontológico (com prioridade para os alunos do 1º Grau) de 5.130 estudantes bem como a vacinação dos escolares, na faixa etária de 7 a 14 anos. Acresce ainda a suplementação alimentar, assegurada a toda a clientela das Unidades assistidas e, mediante o cadastramento de alunos considerados carentes, efetivou-se a assistência complementar a 10.540 escolares.

Em apoio a esse extenso programa de ação foram adquiridos e instalados 13 gabinetes odontológicos e 10 consultórios médicos.



Gabinete Odontológico - Atendimento dentário



**promunicípio/
astem**

|

**assistência técnica
aos municípios**

polonordeste/piderp



A atuação do PROMUNICÍPIO/ASTEM, retratando a unidade de ação dos Governos Federal, Estadual e Municipal, estendeu-se, neste triênio, a 146 comunidades interioranas. Dirigido para o saneamento de crônicos pontos de estrangulamento dos sistemas municipais de ensino na Z.R., esse Projeto concentra a sua ação em alguns aspectos estratégicos, objetivando a criação ou reestruturação de Órgãos Municipais de Educação; a dinamização do ensino das quatro primeiras séries do 1º Grau, na Z. Rural cujos problemas são detectados, a curtíssimo prazo, através da execução do Projeto Experiência Pioneira de Resposta; a melhoria qualitativa do ensino, mediante a habilitação do professorado leigo, a substituição de salas inadequadas, a construção e equipamento de unidades escolares, a distribuição de material de ensino-aprendizagem, a assistência dos técnicos dos Órgãos Municipais de Educação aos professores da rede municipal; atualização de recursos humanos, dos setores municipais de educação, através de treinamentos em Supervisão, Administração Escolar e Planejamento Educacional, assegurando, inclusive complementação salarial, e racionalização das atividades educacionais com a elaboração e execução de Planos Municipais de Educação.

Além disso, articula-se o PROMUNICÍPIO/ASTEM com o POLONORDESTE/PDRI da Bacia do Paraguai no setor educação, viabilizando melhorar o nível educacional das famílias dos produtores assistidos mediante a adequação da ação desenvolvida pelo ensino regular e supletivo — educação de adultos, envolvendo 42 Municípios dessa região.

AÇÃO DO PROMUNICÍPIO/ASTEM NA ZONA RURAL — 76/77

- | | |
|--|------------------------|
| 1. Construídas e equipadas | — 61 salas |
| 2. Unidades escolares Reequipadas | — 3.155 |
| Alunos beneficiados | — 175.307 |
| 3. Equipados Setores Municipais de Educação | — 80 Municípios |
| 4. Complementação Salarial de
 RH dos S.M. de Educação | — 355 técnicos |
| 5. Treinados | — 413 técnicos |

segundo grau

06 Escolas Agrotécnicas

No Interior — 5.040 vagas

- Juazeiro
- Irecê
- Teixeira de Freitas
- Itapetinga
- Barreiras
- Vitória da Conquista

02 Unidades Escolares de

Grande Porte — 5.760 vagas

- Camaçari
- Salvador (Narandiba)

04 Unidades Escolares de

Médio Porte — 6.000 vagas

- Cajazeiras (Salvador)
- Mussurunga (Salvador)
- Nordeste de Amaralina (Salvador)
- Simões Filho

06 Unidades Escolares de

Pequeno Porte — 5.040 vagas

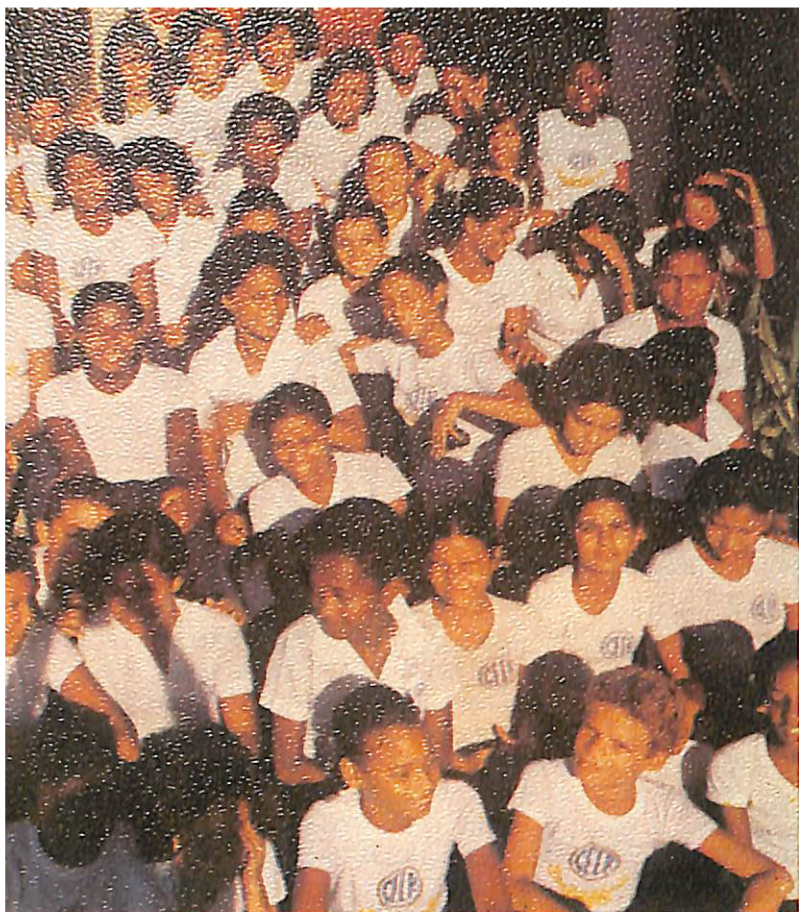
- Wagner
- Ribeira do Pombal
- Bom Jesus da Lapa
- Eunápolis
- Itamaraju
- Santa Maria da Vitória

Estrategicamente, as medidas estabelecidas neste Governo para o Ensino de 2º Grau visaram a promover a melhoria do seu desempenho, destinando-se frontalmente à criação de uma rede física exclusiva e a viabilizar a implantação das habilitações profissionalizantes.

Nos últimos dez anos vinha sendo estimulada a adoção de mecanismos emergenciais para atender à demanda de 2º Grau através da implantação de Escolas Duais, aquisição de vagas à rede privada e cessão de salas. A Reforma ao nível do 1º Grau gerou uma melhoria na sua rentabilidade, aumentando a pressão sobre a oferta de 2º Grau. No sentido de atender a essa demanda e desestimular a implantação e manutenção das chamadas soluções emergenciais, resolveu o Governo investir maciçamente nesse nível de ensino, utilizando para tal fim recursos financeiros do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS mediante assinatura de Convênio com a Caixa Econômica Federal, no valor global de quinhentos e hum milhões de cruzeiros, beneficiando o 2º Grau, entre outros, com a construção e equipamento de 18 Unidades de Ensino — 06 na Capital e 12, no Interior, assegurando, assim, a absorção imediata de sua demanda efetiva com uma capacidade potencial de atendimento a médio prazo. Das 06 Escolas Agrotécnicas, em programa integrado já conta o Sistema com o funcionamento da Unidade de Irecê, a ser transferida para as novas instalações ainda neste exercício de 1978. Vale acrescentar, para a execução desse programa foram formuladas especificações educacionais, destinadas a unidades que o integram — de grande, médio, pequeno porte e agrotécnicas, num significativo esforço de criatividade, de originalidade, face a inexistência de literatura ou modelo específicos, estando assegurada a preparação e alocação dos RH necessários ao funcionamento dessas Unidades com subprograma específico já elaborado e início previstos para este exercício de 78.



Governo inaugura a Escola Pedro Santos



Simultaneamente, em atendimento às diretrizes do Parecer 76/75 do CFE, que introduz as Habilitações Básicas, foram elaborados documentos destinados a subsidiar a sua implantação, caracterizadas oito habilitações dos setores primário, secundário e terciário: Agropecuária, Química, Petroquímica, Edificações, Desenho de Arquitetura, Eletromecânica, Eletrotécnica e Assistente de Administração, e viabilizando a implantação dessas habilitações, foram construídos e equipados 14 laboratórios, nas áreas de Saúde, Química e Física, no Centro Integrado Luiz Viana Filho, nos Colégios Estaduais Duque de Caxias e Pinto de Carvalho além da instalação de completo laboratório no Centro Integrado Luiz

Tarquínio, para Instrumentação, tipo de mão-de-obra reclamado pela industrialização do Estado. Ainda no sentido de oferecer reais condições de experimentação na área profissionalizante do 2º Grau, procedeu a SEC à adaptação, aquisição e ampliação de Laboratórios de Física, Química e Biologia, também em número de 14, e de equipamentos para salas-ambiente, beneficiando diretamente os Centros Integrados de Educação Conselheiro Luiz Viana e Anísio Teixeira bem como o Complexo Escolar Lomanto Júnior, merecendo destaque especial as melhorias executadas no Colégio Central, hoje integrando o complexo CIENA, em termos de adaptação e ampliação de suas instalações físicas, com a construção e equipamento de um pavilhão de 03 andares, construído com 15 laboratórios.

O ensino profissionalizante de 2º Grau será tanto mais utópico quanto mais se distancie das empresas que integram o mercado-de-trabalho local. Por melhor aparelhado que seja o sistema escolar de ensino a sua produtividade externa perde-se a curto prazo em razão do rápido avanço tecnológico. O Serviço de Integração Escola-Empresa propõe-se a, progressivamente, sensibilizar o meio, estabelecendo entre a escola e a empresa uma perfeita sincronia, cuja resposta já se faz sentir na absorção crescente de estagiários de 2º Grau em empresas da Capital e do Interior, somando em 1975, quando o referido serviço foi implantado, 100 empresas cadastradas para 800 estagiários, na Capital; em 1976, 398 Empresas de pequeno, médio e grande porte propiciaram 1571 estágios, na Capital, e no Interior, 523, para 2005 estágios; enquanto no exercício de 1977, 597 empresas, na Capital, absorveram 2.457 estagiários, proporcionando o mercado de trabalho do Interior, 2.837 estágios, entre 987 empresas.

ciena **centro** **interescolar** **de nazaré**

projeto base
de acesso
ao segundo grau

Por sua vez esse intercâmbio tem repercussão inestimável interesse nas modificações e adequações curriculares, na implantação de novas habilitações, elaboração de programas de formação de mão-de-obra e na complementação e atualização do pessoal docente da área profissionalizante.

Neste triênio, foram implantados setores de Integração Escola-Empresa nas 13 UU.EE., da Capital, e em 35 outros do Interior, através das Coordenadorias Técnicas das CRs. Consolidando a implantação desses setores, cada Unidade Escolar conta hoje com um Coordenador de Estágio, com 20 horas semanais de trabalho, designado por Portaria.

Experiência promissora de produtividade interna e externa CIENA — Centro Interescolar de Nazaré, em Salvador, compreendendo os Colégios M. A. Teixeira de Freitas, Severino Vieira e Colégio Estadual da Bahia, caracteriza-se pela concentração de recursos humanos e materiais numa mesma área de estudo — Comunicação e Expressão, Estudos Sociais ou Ciências, em cada uma das unidades de ensino envolvidas, chamados Institutos. O deslocamento do aluno aos Institutos é ditado pelas necessidades curriculares, sem jamais ocorrer a sua ida a mais de um, no mesmo dia. Em 1977, o CIENA alcançou uma matrícula geral da ordem de 12.471 alunos, assim distribuída:

- **instituto de com. e exp. — 4.204**
- **inst. de estudos sociais — 4.623**
- **instituto de ciências — 3.644**

Fomentando ainda a produtividade interna desse nível de ensino, foi estimulada a execução do Projeto Base de Acesso ao 2º Grau, ensejando a recuperação em Português e Matemática de 5.100 alunos da rede Oficial do Estado, na Capital.

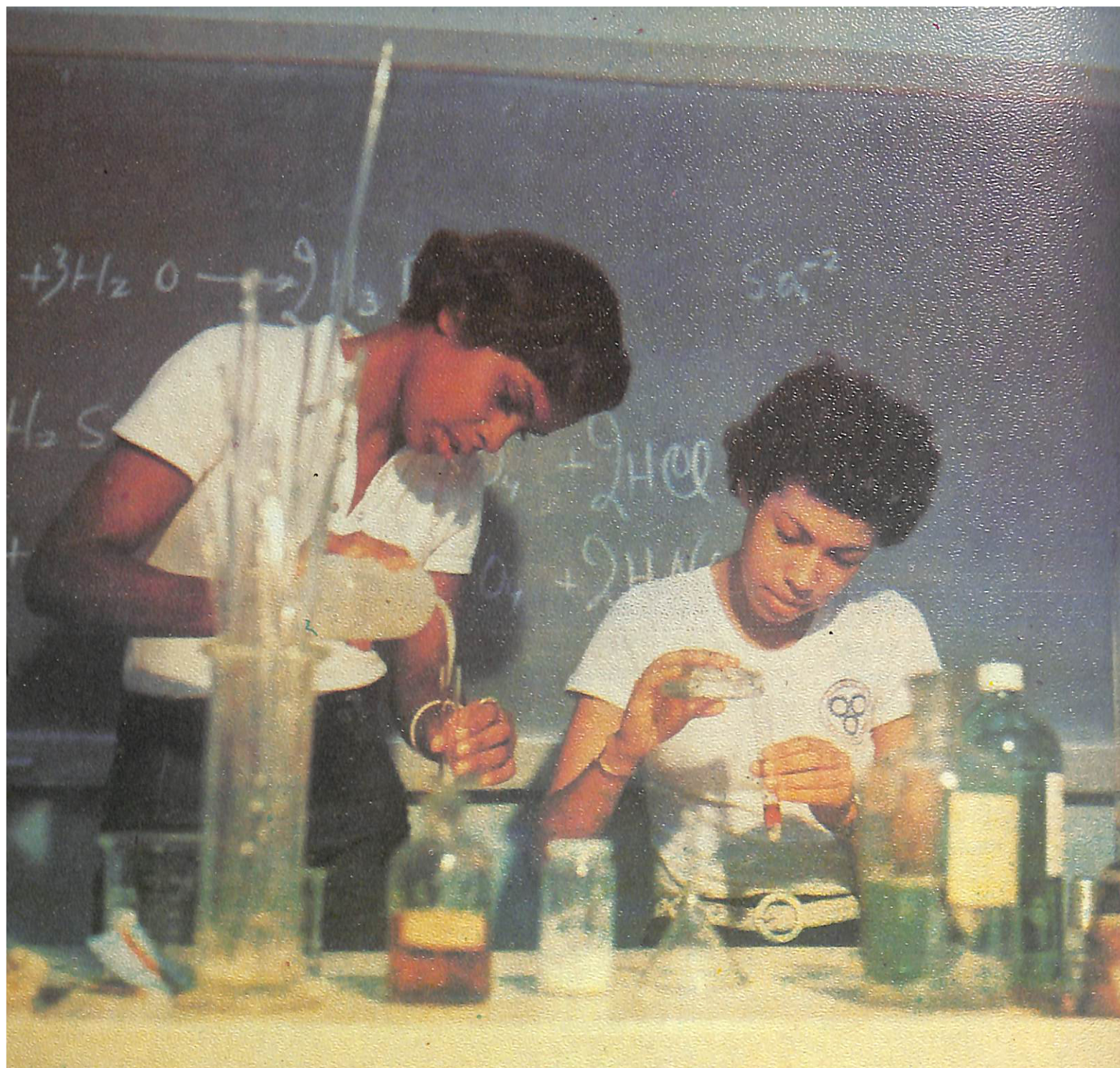
Expansão da rede física — 18 novas Unidades de 2.º Grau

Expansão da oferta de habilitações de 2.º Grau

● na diversificação

● no espaço físico

Agropecuária	— Itapetinga, Juazeiro, Santa Maria da Vitória, Teixeira de Freitas, Barreiras, Irecê, Vitória da Conquista, Wagner.
Enfermagem	— Juazeiro, Wagner
Administração	— Eunápolis, Santa Maria da Vitória. Simões Filho
Construção Civil	— Eunápolis, Vitória da Conquista, Salvador (Nordeste de Amaralina)
Eletricidade	— Eunápolis, Simões Filho, Salvador (Narandiba e Mussurunga)
Agrimensura	— Teixeira de Freitas, Barreiras e Irecê.
Magistério do 1.º Grau	— Barreiras, Bom Jesus da Lapa.
Saúde	— Bom Jesus da Lapa, Itamarajú, Salvador (Nordeste de Amaralina)
Mecânica	— Itamarajú, Salvador (Mussurunga)
Secretariado	— Camaçari
Instrumentação	— Camaçari
Química	— Camaçari, Salvador (Cajazeira)
Desenho	— Vitória da Conquista, Salvador (Nordeste de Amaralina)
Crédito e Finanças	— Salvador (Narandiba)
Segurança e Trabalho	— Salvador (Narandiba)
Comércio	— Salvador (Mussurunga)
Economia Doméstica	— Salvador (Cajazeira)
Tecnologia de Alimentos	— Itapetinga



Aula prática de Química



ensino superior

interiorização do ensino superior

- **Criação e implantação dos Cursos de Ciências e Estudos Sociais. Faculdades de Vit. da Conquista e Alagoinhas**
- **Criação e implantação da Faculdade de Jequié. Curso de Letras e Ciências.**
- **Elaboração de Estudos e Projetos para implantação de Faculdades: Juazeiro, Caetité, Jacobina e Paulo Afonso.**
- **Estudo sobre a viabilidade da Universidade de Camaçari.**



No processo de interiorização do Ensino Superior, atribuiu a SEC, neste triênio, prioridade para a ampliação e diversificação da oferta de cursos nas Faculdades de Formação de Professores, objetivando eliminar a rigidez do sistema, fenômeno ratificado pelo próprio diagnóstico da rede estadual de ensino superior, elaborado em 1974, pelo DESAP – Departamento de Ensino Superior e Aperfeiçoamento de Pessoal, ao detectar a predominância ostensiva do curso de letras. Desse modo, foram criados e implantados os Cursos de Ciências, e Estudos Sociais, nas Faculdades de Vitória da Conquista e de Alagoinhas, além dos Cursos de Letras, e Ciências, na Faculdade de Jequié, criada pelo Decreto de n. 2852 de 09/11/70 e somente implantada em 1976, por este Governo, ampliando assim em 140 vagas anuais a oferta da Rede Estadual. Ao nível de providências relativas à expansão física da rede conta a SEC com projeto elaborado para implantação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Juazeiro, devendo funcionar, inicialmente, com os Cursos de Licenciatura Plena em Letras e Estudos Sociais, para uma oferta anual de 60 vagas. Acresce, ainda, destacar os estudos de viabilidade com vistas ao funcionamento de Unidades Similares em Caetité, Jacobina, Paulo Afonso e Camaçari (Universidade). A Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco também foi beneficiada na ampliação de suas instalações, graças ao apoio financeiro do MEC/DAU, cuja execução atinge hoje 50% do seu total, ensejando incorporar ao seu patrimônio uma biblioteca, mais 06 (seis) salas de aula e 01 (um) prédio para funcionamento de seus Departamentos.

**formação do
tecnólogo
— centec**



Edifício-Sede do CENTEC (provis)

Constitui-se em empreendimento de ampla repercussão para o mercado de trabalho do Estado a criação e implantação neste Governo do Estado do Centro Tecnológico da Bahia — CENTEC, em convênio com o MEC/DAU, objetivando a oferta de Cursos Superiores de Curta Duração, habilitando, em modalidades específicas bem definidas e em caráter terminal — o Tecnólogo. Funcionando desde o 2º semestre do exercício de 1975, matriculou 108 + alunos entre os Cursos de Telecomunicações, Processos Petroquímicos e Manutenção Petroquímica.

**fundação
universidade
estadual de
feira de
santana**



Autoridades percorrem instalações da UEFS

Graças às diligências efetuadas junto ao CFE/MEC foi possível à Universidade de Feira entrar em funcionamento a 27 de janeiro de 1976, tendo absorvido, até março de 1978, u'a matrícula da ordem de 2.084 alunos entre os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Enfermagem, Letras, Estudos Sociais, Ciências e Construção Civil.

O crescimento da UEFS em 75/77 atingiu os 6.000m² de construção, possibilitando inaugurar o Módulo Administrativo da Terceira Unidade de Ensino, Pesquisa e Extensão, onde foram instalados a Reitoria da Vida Universitária e o Serviço Médico; a disponibilidade de uma quadra polivalente de esportes; a recuperação do antigo prédio da extinta Faculdade de Educação; a construção de mais 03 salas de aula e de nova cantina, além do prosseguimento na arborização e urbanização do campus. No sentido de consolidar a implantação da UEFS, investiu o Governo nesse mesmo período de 75/77, a vultosa soma de 25 milhões de cruzeiros, cuja expressividade ressalta face à aplicação total de 6,4 milhões de cruzeiros em administrações anteriores. Para assegurar um melhor nível de qualidade à rede estadual de ensino superior foram realizados diferentes Cursos e Seminários voltados para a atualização e especialização do seu Professorado.



Secretaria da Educação instala o I Encontro de Bibliotecárias de Universidade na UE

**faculdade de
agricultura
do médio
são francisco**

**estatutos
do magistério
do ensino
superior**



UEFS - Aula inaugural proferida pelo Secretário da Educação e Cultura - março | 77

Na mesma perspectiva, a FAMESF — Faculdade de Agricultura do Médio São Francisco vem realizando estudos e experimentos, concernentes à participação do estudante na Extensão Universitária, objetivando qualificar o agricultor da região e ampliar o campo de trabalho experimental do aluno, já tendo envolvido mil e quinhentos agricultores dos Municípios de Juazeiro, Sento Sé, Casa Nova, Uauá e Curaçá, na Bahia, e Petrolina, Santa Maria e São José do Belmonte, em Pernambuco, além do experimento sobre algodão tipo “acala del cerro” (variedade mexicana) com vistas a introduzi-lo no mercado regional.

Do ponto de vista organizacional, cuidando de assegurar vantagens e direitos aos servidores do Estado no exercício do Magistério de Ensino Superior, elaborou este Governo os seus Estatutos, cujo encaminhamento à Assembléia Legislativa será efetivado ainda neste primeiro semestre de 1978.

selecionando e colocando pessoal

O Centro de Treinamento de Recursos Humanos, contando com uma área construída de 4.320m², destinada a Auditório, Educação Especial, com salas-ambiente para Artes Industriais, Oficina Rural, Educação para o Lar, Práticas Comerciais, Gráficas e Recursos Audiovisuais, atenderá, inicialmente, a um fluxo diário de 1.800 alunos, em dois turnos, devendo a obra estar concluída em meados de 1978.

Destina-se a uma clientela de egressos do 2º Grau – profissionalizante ou não, de técnicos de nível médio ou superior, e de pessoal docente da rede estadual, mediante a oferta, bastante diversificada, de cursos de formação, especialização, aperfeiçoamento e atualização além de treinamentos.

Em decorrência do crescimento da oferta de 1º e 2º Graus, foi efetivada a convocação de 1671 professores concursados em 1974/1975 com o comparecimento e consequente colocação de 454, para os referidos níveis de ensino, além de contratação, em situação emergencial de mais 1002 docentes. Ainda no mesmo sentido, realizaram-se dois Concursos Públicos, de provas e títulos, para o 1º Grau, nível I, tendo sido colocados 510 docentes, em regime estatutário. E, a curto prazo, no primeiro semestre deste exercício de 1978 terá lugar a execução de Concurso Público, de provas e títulos, para Professores de 1º e 2º Graus, perfazendo um total de 2.100 vagas, sendo 300 vagas de 1º Grau, nível I, também em regime estatutário, para a Capital, 1.400 vagas de 1º Grau, níveis II e III (CLT), beneficiando a Capital e o Interior, e mais 400 vagas (CLT), para suprir o 2º Grau da Capital e do Interior.



ensino supletivo

**organização
orientação
e expansão
da educação
não formal**



Tendo em vista a existência de expressivo contingente populacional de adolescentes e adultos, não escolarizado em período regular e não engajado na força de trabalho, atribuiu este Governo prioridade especial para o Ensino Supletivo, identificando-o como instrumento indispensável ao esforço de democratização em termos de acesso aos benefícios da educação-ensino que lhe compete prover e gerir.

Como medida preliminar organizacional, criou o Governo o Departamento de Ensino Supletivo, absorvendo assim as antigas Divisões dos Departamentos de 1º e 2º Graus. E, na perspectiva de sua expansão, foi elaborado programa de implantação gradativa de Centros de Estudos Supletivos, o primeiro dos quais instalado em março/77, na Biblioteca Central dos Barris, voltado para a Educação Geral e ensejando o início ou prosseguimento de estudos com o acompanhamento da aprendizagem no processo e uma capacidade de atendimento simultâneo para 2.200 clientes, ao nível de 1º Grau, quatro últimas séries. Com implantação prevista para o primeiro semestre de 78, enumeram-se os Centros de Estudo Supletivos da Bahia — Cidade Baixa (Salvador), de Feira de Santana e Vitória da Conquista, possibilitando um atendimento potencial da ordem de 6.300, 4.400 e 4.400 alunos,, respectivamente, para uma inversão global igual a Cr\$

2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil cruzeiros).

Por sua vez, o Projeto de Implantação do Ensino Supletivo para a Bacia do Paraguaçu, em resposta à linha de ação de desenvolvimento regional integrado do POLONORDESTE, ensejará a execução de um programa de Educação Não-Formal (formação especial e educação geral), durante o período de cinco anos, graças à captação de recursos financeiros, no montante de Cr\$ 16.098.560,00 (dezesesseis milhões, noventa e oito mil quinhentos e sessenta cruzeiros), repassados pelo Banco Mundial, e aplicados a partir de abril/78, proporcionando um atendimento global a 20.000 alunos da Região, com prioridade para a área rural.

CURSOS E EXAMES DE SUPLÊNCIA

Discriminação	1975		1976		1977		TOTAL	
	1º Grau	2º Grau	1º Grau	2º Grau	1º Grau	2º Grau	1º Grau	2º Grau
Exames de Educação Geral *	29.814	26.597	65.504	53.339	32.115	12.041	127.433	91.977
Cursos de Educação Geral *	10.080	1.166	19.806	2.934	20.622	10.791	50.508	14.891
Cursos de Educação Geral Níveis I e II — 1º Grau (Educação Integrada) *	39.220	—	40.290	—	45.283	—	124.793	—
Exames de Suplência, ao nível técnico de 2º Grau (Suplência Profissional) **	—	—	—	141	—	—	—	141

* Capital e Interior

** Capital

**campus
supletivo
de narandiba**

**novas
metodologias
para o
ensino supletivo**

Empreendimento de porte, a construção em plena execução do CAMPUS SUPLETIVO DE NARANDIBA em Salvador, acionado, gerencial e financeiramente pelo PROFAS/SEC (Convênio CEF/Governo/SEC), incorpora uma estratégia dirigida para a organização, orientação e expansão da Educação Não-Formal, integrando-se ao contexto de um mundo progressivamente tecnológico. Compreendendo uma área total construída de 8.000m², com uma capacidade instalada de atendimento diário a 10 mil pessoas, oferecerá 12 (doze) opções no campo profissionalizante, entre outras, metalurgia, eletricidade, eletro-técnica, instrumentação e mecânica, promovendo, desse modo, a preparação de mão-de-obra qualificada, a curto prazo.

Ao nível de meios e instrumentos que promovam a eficiência do processo ensino-aprendizagem, o Projeto Círculo Suplência, em fase de execução, objetiva experimentar nova estratégia metodológica para os Centros Supletivos, através da utilização de módulos de ensino, para a clientela de 2º Grau, com apoio técnico e financeiro do MEC/DSU. Em decorrência de execução desse projeto, funcionará a Bahia como centro gerador de todo o material didático a ser utilizado pelos demais Centros Supletivos da Federação.



educação especial



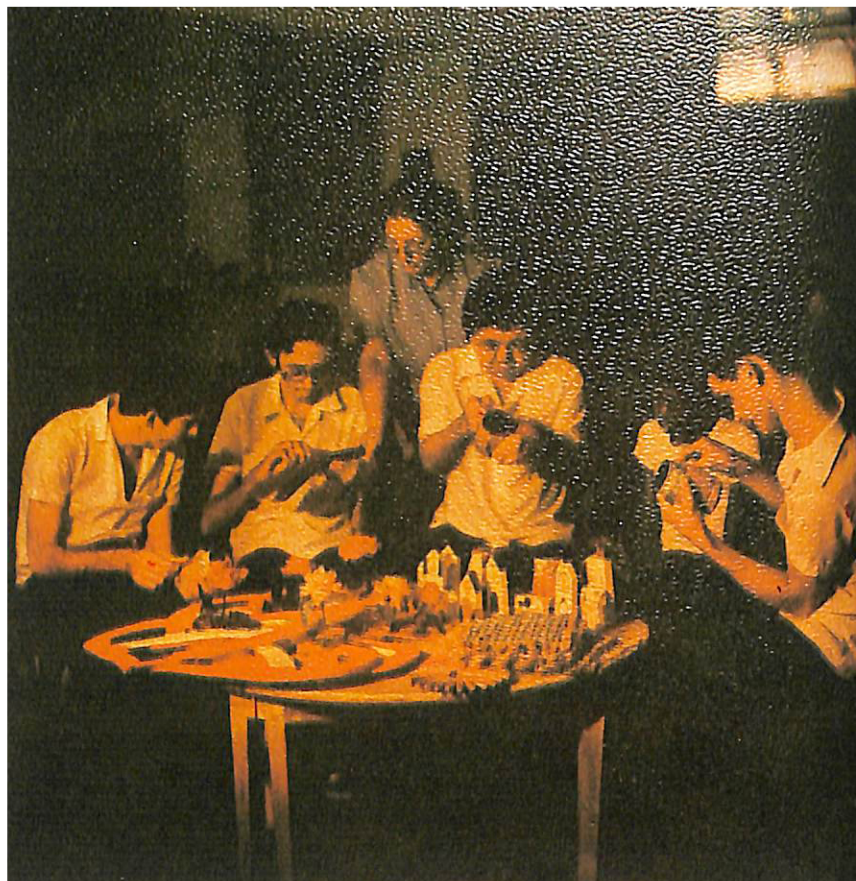
Um dos segmentos do setor educação da maior complexidade em termos de clientela — excepcionais com deficiência auditiva, física, mental e visual, a Educação Especial, tem requerido e congregado esforços crescentes dos poderes públicos e da comunidade à efetivação de seu atendimento.

No âmbito da SEC, a ênfase, centra-se em três áreas: deficiência visual, auditiva e mental. As atividades desenvolvidas, neste triênio, objetivaram a extensão progressiva da assistência ao educando excepcional a todas as sedes de Coordenadorias Regionais do Interior, o estímulo à iniciativa particular e o acionamento de mecanismos indutores de qualidade e eficiência na prestação desses serviços, mediante a avaliação pedagógica de educandos de 1º grau, a iniciação profissional de alunos egressos de classes especiais da rede estadual; o treinamento em orientação e mobilidade, no uso da fala e da linguagem, em atividades da vida diária, iniciação profissional e uso do optacon além do treinamento de docentes e especialistas (CENESP/SEC), em número de 255.

Ainda com relação à expansão e melhoria, ressalta a racionalização do atendimento através da estimulação e controle do fluxo de alunos das classes especiais para o ensino regular ou para atividades prático-instrumentais (pré-profissionais), quando, até então, as classes especiais apenas recebiam os alunos excepcionais sem qualquer perspectiva de crescimento pessoal e social.

Favorecendo a produtividade interna desses serviços, foram introduzidas novas tecnologias, através da utilização do sistema de amplificação sonora de uso coletivo — em sala de aula, e de uso individual — em gabinete, para educandos portadores de deficiência auditiva e do optacon para uso individual do portador de deficiência visual.

**bolsas de
estudo para
a educação
especial**

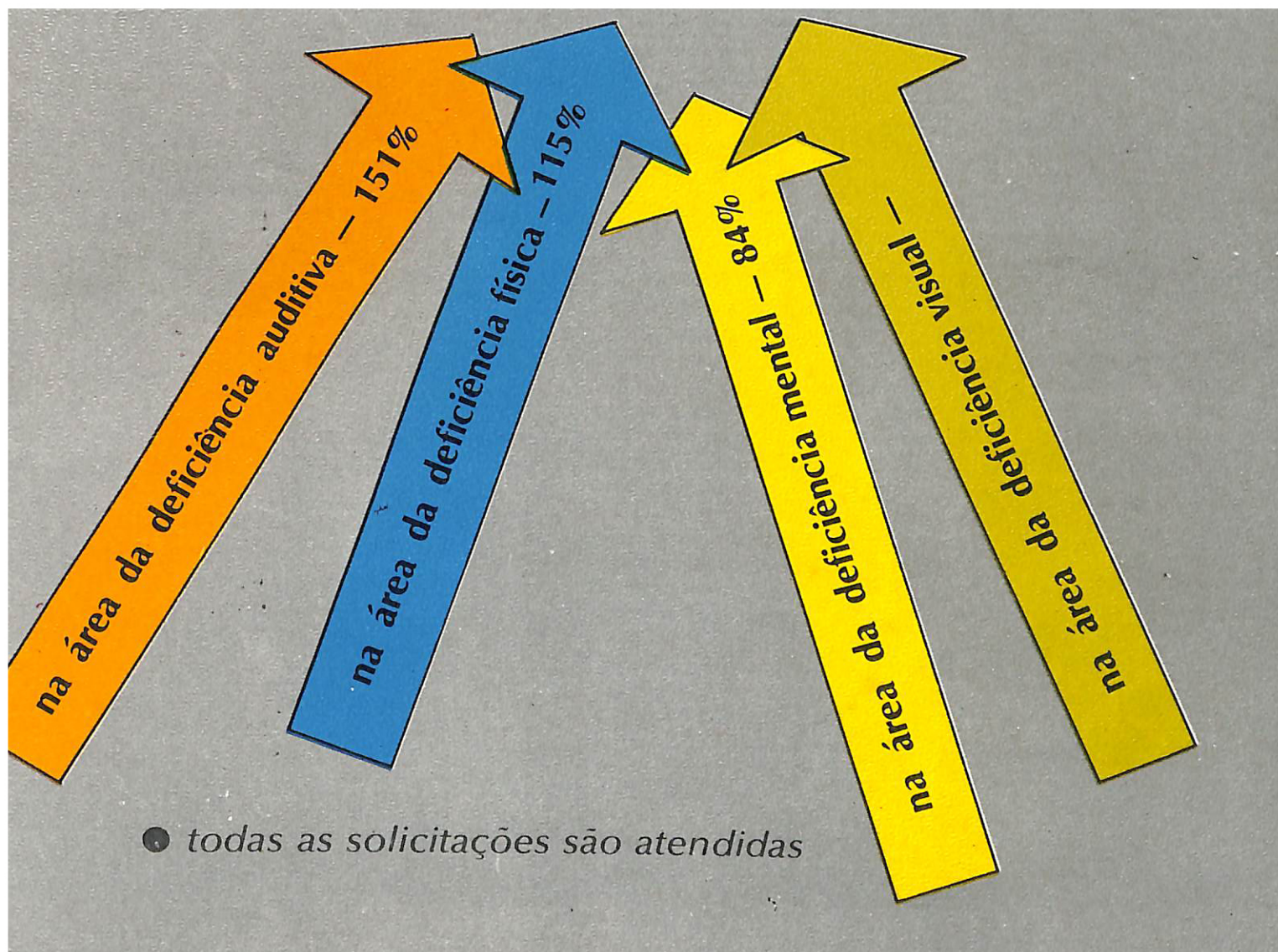


Alunos do Instituto Pestalozzi

Merece destaque a execução do Projeto de Reformulação de Currículos para o Ensino Especial (MEC/CENESP/SEC) ensejando a elaboração de propostas específicas para esse tipo de ensino, cujas classes, até então, eram orientadas, pelos guias curriculares do ensino regular.

Mediante Convênio com o Departamento de Assistência ao Educando do MEC, concedeu a SEC, neste período administrativo, 819 bolsas de estudo para excepcionais das 04 (quatro) áreas de atendimento da SEC, contribuindo, assim, para a ampliação do atendimento das Entidades Particulares.

incremento dos serviços de atendimento a excepcionais
no período março 75 a março 78.





educação física e desportos

especialização e treinamento de pessoal docente



Concorrendo de modo expressivo para o equilíbrio psico-somático da criança e do adolescente, as atividades de educação física mereceram grande incentivo, nesta administração, mediante o desenvolvimento e reforço progressivo do atletismo e do espírito cívico.

Estrategicamente, conferiu o Governo prioridade para o atendimento planejado a escolas de 1º e 2º Graus da rede oficial de ensino, em termos de disponibilidade e provimento de recursos humanos e material desportivo; à construção obrigatória de quadras de esporte nas novas unidades dos aludidos níveis, quer da Capital ou do Interior. No campo da educação esportiva a implantação de Módulos Esportivos, no Interior do Estado, possibilitando aos alunos do 1º Grau disporem da base para o desenvolvimento dos esportes. Além disso, foram mantidas e incentivadas, no âmbito estadual e nacional, atividades de interesse escolar ou comunitário entre Jogos Infantis, Festival de Ginástica Rítmica, Jogos Estudantis Brasileiros, Campeonatos Inter-Colegiais, Desfiles, Olimpíadas, Campeonatos de Atletismo, Praças e Ruas de Recreio, e Praias de Verão, contando com uma participação sempre crescente quer do alunado de sua rede quer das Comunidades.

Paralelamente, foram realizados Cursos de Treinamento e Especialização para 1.588 Professores da Capital e dos Municípios de Bom Jesus da Lapa, Barreiras, Caetité, Jequié, Itabuna, Senhor do Bonfim, Feira de Santana, Simões Filho e Paulo Afonso.



Classe de Educação Física



recursos humanos

habilitando professores leigos



Indubitavelmente, há uma estreita relação entre a produtividade dos sistemas de ensino e a qualidade dos recursos humanos aí engajados. A Lei 5692 enfatiza os aspectos qualitativos que devem orientar a implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus e recomenda no seu artigo 38: "os sistema de ensino estimularão, mediante planejamento apropriado, o aperfeiçoamento e a atualização dos seus corpos docentes e especialistas em educação". Problemas dos mais complexos, envolve desde a atualização, treinamento, aperfeiçoamento e formação de RH para o 1º e 2º Graus, até o seu recrutamento, além da necessária disponibilidade de recursos financeiros, que via de regra, extrapola os limites do orçamento estadual.

No decorrer deste triênio a expansão e manutenção das redes de 1º e 2º Graus induziram o Governo à ampliação do seu programa de capacitação de recursos humanos, viabilizado, ao nível interno da SEC, pela participação do CETEBA — Fundação Centro de Educação Técnica da Bahia, do DESAP — Departamento de Ensino Superior e Aperfeiçoamento de Pessoal e do IRDEB — Instituto de Rádio Difusão Educativa da Bahia, além de agências de formação no âmbito nacional, o CENAFOR — Centro Nacional de Formação de Recursos Humanos.

Projeto de repercussão notável na qualidade do ensino de 1º Grau, implantado por este Governo em 1976 o HAPROL — Habilitação de Professores Leigos deverá alcançar, no exercício de 1979, uma clientela global de 10.000 docentes atuantes nas Redes Municipais de Ensino, as quais, na Zona Rural, ainda em 1975, apresentavam o percentual crítico de 95% de Professorado Leigo.

Para atender à 1ª etapa de sua execução foram treinados 110 supervisores, 16 monitores, 16 docentes de Didática e Prática de Ensino e 45 docentes de Alfabetização.



Instrução de Grupo (Práticas Agrícolas)

Na etapa (2ª) de Curso à Distância, compreendendo as disciplinas Instrução Moral e Cívica, Língua Portuguesa, Matemática, Agricultura, O.S.P.B., Ciências (executado pelo IRDEB), foram envolvidos 25 Núcleos de Habilitação e 130 Municípios das CRs. de Jequié, Vitória da Conquista, Jacobina, Caetité, Feira de Santana, Itaberaba e Santo Amaro.

Em processo de habilitação os Profes-

sores-Alunos somam o total de 7.900, considerados os exercícios de 76/77, não obstante a matrícula ter atingido 9.600 cursistas.

Em decorrência da evasão existente, ao longo da execução do Projeto, vêm sendo realizadas consecutivas correções da meta com vistas à habilitação real dos 10 mil professores Leigos do 1º Grau.

**desenvolvendo
recursos
humanos em
exercício nas
redes estadual
e municipal**

**preparação
de recursos
humanos para
a expansão do
segundo grau
a partir
de 1978**

Objetivando favorecer os serviços educacionais mediante a promoção da melhoria qualitativa e quantitativa de seus RH, o Pessoal de Magistério foi beneficiado com 8.742 habilitações, 1904 aperfeiçoamentos, 5530 atualizações e 1082 treinamentos, ao nível de professor-aluno.

Para atender ao funcionamento das 18 novas unidades escolares do 2º Grau o Programa de Expansão e Qualificação do Ensino – PROFAS, efetivado através de contrato firmado entre o Governo do Estado da Bahia/Fundação CETEBA e a Caixa Econômica Federal, está implantando neste exercício de 1978 o Projeto de Capacitação de RH, objetivando suprir os novos estabelecimentos de ensino do professorado requerido pela implantação das habilitações propostas, além de promover o aperfeiçoamento de docentes de educação geral, especialistas e pessoal técnico e administrativo. O referido Projeto, compreende, basicamente, cursos de:

FORMAÇÃO

Agropecuária
Eletricidade
Construção Civil
Química Mecânica
Instrumentação
Agrimensura
Administração
Saúde
Crédito e Finanças

vagas: 237

APERFEIÇOAMENTO

Comunicação e Expressão
Ciências Físicas
Ciências Biológicas
Ciências Sociais
Técnica
Técnicas Didáticas

vagas: 420

ATUALIZAÇÃO

Técnico-administrativo
Técnico-pedagógica

vagas: 296



Area Cultivada (Práticas Agrícolas)



Plantação de feijão (Práticas Agrícolas)



HABILITAÇÕES

Diretores	—	75
Profs. Artes Plásticas	—	275
Profs. Discipl. Espec. 2º Grau	—	259
Profs. Leigos do 1º Grau	—	7.987
Diretores e Supervisores	—	146

ATUALIZAÇÕES

Prof. Ed. Especial	—	152
Profs. Ed. Artística	—	157
Prof. 5ª série 1º Grau	—	982
Prof. 5ª à 8ª série 1º Grau	—	854
Orient. Educacionais	—	126
Supervisores	—	29
Prof. do 2º Grau	—	12
Prof. da REES	—	47
Prof. Alfabetizadores	—	2.065
Profs. 2º Grau Form. Esp.	—	62
Profs. Ens. Religioso	—	144
Profs. Ed. Física	—	730
Profs. Port. do 1º e 2º Graus	—	70
Profs. Francês 1º Grau	—	100

APERFEIÇOAMENTOS

Prof. Alfabetizadores	—	1.709
Prof. Ciências Exatas 2º Grau	—	118
Pes. Adm. do 2º Grau	—	12
Prof. Ens. Supletivo	—	19
Prof. Ed. Especial	—	46

TREINAMENTOS

Profs. Ens. Supletivo	—	95
Profs. Ed. Especial	—	125
Profs. Pré-Escolar	—	462
Profs. Artes Práticas	—	35
Pessoal Administrativo	—	365

TOTAL ALCANÇADO NO TRIÊNIO

docentes e especialistas:

17.258

criando infra- estrutura

reforma do ceteba

Os crescentes encargos assumidos pelo Governo, no Setor Educação, quanto à necessidade de habilitar, aperfeiçoar, atualizar a treinar RH para a rede estadual, municipal e até particular determinaram a prioritização da expansão e melhoria de suas agências de formação de pessoal. Nessa perspectiva, o Centro de Educação Técnica da Bahia — CETEBA, responsável, ao lado do DESAP, pela elaboração, execução, coordenação e supervisão de programas e projetos de capacitação de RH para os diferentes níveis de ensino da Rede Estadual além do atendimento e outras Unidades Federadas com, todavia, prioridade para o Nordeste, teve reformadas as suas instalações físicas, viabilizando a sua utilização ótima. Desse modo, foi possível conjugando recursos do FNDE/MEC, CENTEC e da SEC, reorganizar o prédio central, os anexos 02 e 03, além dos galpões de avicultura e cunicultura.

Apesar dessas providências, factíveis a curto prazo, ressentia-se ainda a SEC da disponibilidade de instalações bem mais amplas para atender à complexidade das áreas de atuação que integram a subfunção. Aperfeiçoamento de Pessoal, face aos requerimentos qualitativos da educação geral e especial do 1º e 2º Graus. Objetivando prevenir o impasse, foram carreados recursos do PROFAS para a construção do Centro de Treinamento de recursos Humanos, que, assim, ampliará extraordinariamente a capacidade instalada do CETEBA.

atividades sistêmicas

**estatísticas
educacionais**

**estudo de
diagnóstico**

**primeiras
providências
de organização**

No propósito de montar um Sistema de Informações Educacionais e Culturais, desencadeou a SEC, em 1975, uma série de estudos e pesquisas com vistas a elaborar o diagnóstico da situação referente à produção e uso das informações estatísticas bem como a caracterização dos usuários.

A partir da análise do diagnóstico foi possível detectar:

- a variação constante da subordinação administrativa desses serviços;
- a variação na estrutura organizacional desses serviços (comissão, assistência, serviço, seção, coordenação);
- produção assistemática de informações, incompletas, e não organizadas mediante o estabelecimento de critérios;
- carência de pessoal qualificado;
- não disponibilidade de equipamento e instalações

Como providências imediatas, algumas medidas foram implantadas: assinatura de Convênio com o MEC/SEEC — Serviço de Estatísticas de Educação e Cultura, objetivando a execução dos Projetos de "Implementação dos Levantamentos

Anuais de Dados Estatísticos; Estudos de Reorganização do Sistema; Desenvolvimento de Operação Linguagem; Reorganização de Registros Escolares — Corpo Discente, Docente e Rede Física; e, Treinamento e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos. Todos em franca execução. No âmbito estadual, sobressaem os Projetos de Cadastramento de Pessoal Discente e Implantação de Núcleos de Informações, nas CRs.

cadastro de pessoal discente

Esses Núcleos, já implantados nas vinte (20) CRs., funcionam como suporte do referido sistema, assegurando, por sua vez, o sucesso pleno à execução do Projeto de Cadastro de Pessoal Discente, ensejando erradicar o crônico problema da matrícula anual, nos seus aspectos técnicos e administrativo. Em decorrência, foram elaborados Manuais de Instrução (76,77 e 78), onde se prevê para cada ano letivo, no mês de dezembro, o atendimento dos alunos pertencentes à rede estadual, e, no mês subsequente, dos novos alunos.

Vale destacar o Manual de Instruções, elaborado para 1978, contendo, além do Cadastro das Escolas do Ensino de 1º e 2º Graus, a relação dos Municípios com seus respectivos Distritos e as opções de Cursos oferecidos pelo Ensino de 2º Grau.

A validade dos resultados alcançados pela execução do Projeto de Cadastro de Pessoal Discente da SEC (Matrícula), até então circunscrito à Capital, determinou a sua extensão no exercício de 1977, a onze (11) Municípios do Interior do Estado: Feira de Santana, Alagoinhas, Itabuna, Ilhéus, Jequié, Juazeiro, Jacobina, Itaberaba, Vitória da Conquista, Santo Amaro e Ruy Barbosa, e, em dezembro do mesmo ano, aos 336 Municípios do Estado, áreas urbana e rural, propiciando também a organização do Registro Escolar.

Merece realce o fato de que a adoção do processamento eletrônico, permitiu ordenar e racionalizar a matrícula, cuja operação ocorria, até então, ao nível da Escola ou de soluções emergenciais, extremamente precárias.

A solução do acoplamento do Projeto de Matrícula ao de Cadastro do Pessoal Discente colocou a Bahia em posição pioneira, em relação ao Brasil.

projeto operação linguagem

**mec transfere
do ibge para a sec
levantamento
de dados**

**educação especial
dados de 1977**

**documentos
elaborados e
públicos
no triênio**

Ao rol de projetos prioritários, integra-se o PRODOL — Operação Linguagem, objetivando uniformizar o uso da linguagem utilizada nas estatísticas para a Educação e Cultura, preservando-se assim a confiabilidade das informações.

Instrumento básico à uniformização pretendida, o GLOSSÁRIO DE TERMOS ESTATÍSTICOS, em elaboração ao nível de Estado da Bahia, produziu na primeira etapa, 241 termos e, na segunda, 350. Para chegar a esse resultado, diversos órgãos da SEC além das Coordenadorias Regionais foram acionados, mediante a produção de listagens de termos estatísticos educacionais acompanhados das respectivas conceituações, de uso local, possibilitando ao SEEC/MEC a compatibilização aos níveis regional e nacional.

Vale ressaltar ainda a transferência para a SEC, pelo MEC, da execução do levantamento dos dados estatísticos educacionais do ensino regular da rede estadual até então sob a responsabilidade do IBGE, graças ao reforço em termos de recursos humanos, físicos e financeiros, que este Governo vem destinando ao Serviço de Estatística da SEC bem como aos elevados índices de produtividade interna.

Extremamente válido, por seu turno, o levantamento de dados relativos à Educação Especial no Estado da Bahia, ano base de referência 1977, em convênio com o SEEC/CENESP.

1. I Volume do Anuário de Dados Estatísticos Educacionais Área Metropolitana — 1976.
2. Publicação do Anuário de Dados Estatísticos Educacionais, 1977.
3. Elaboração do Modelo Operacional do Centro de Informações Educacionais e Culturais.
4. Elaboração do Modelo Institucional do Centro de Informações Educacionais e Culturais.
5. Recuperação dos dados estatísticos de educação de 1974, das quatro redes de Ensino do Estado.
6. Elaboração e publicação de Manuais de Instrução de Matrícula, 76, 77 e 78.
7. Elaboração do Projeto de Cadastramento da Rede Física de Educação do Estado, aprovado pelo CEE.

**ante-projeto
propõe criação de
departamento**



Quadra de esportes da Escola Rafael Serravallo

A complexidade das tarefas, em abrangência e especificidade, assumidas pela Coordenação desse Sistema, está a requerer a definição de uma nova estrutura que atenda à diversificação das atividades geradas pelo seu crescimento. Nessa perspectiva, foi elaborado Ante-Projeto de Criação do Departamento de Informações Educacionais e Culturais, apoiado nas diretrizes do Projeto 5 do Plano Setorial de Educação – MEC 75/79.

orientação educacional

**definição de
um modelo**

**assistência
técnica ao
primeiro grau
através de
seminários**

A importância da ação múltipla da Orientação Educacional junto ao Aluno, ao Docente, à Escola e à Comunidade, justifica o realce que lhe atribui a Lei de Reforma de Ensino de 71, induzindo as administrações educacionais a um constante reexame de suas linhas de ação e respectivos modelos operacionais. Nesse sentido, merece destaque especial nesta administração, a elaboração do documento básico: "A Orientação Educacional na Bahia — Antecedentes e Perspectivas", consubstanciando um modelo, a ser implantado, experimentalmente, no decorrer de 1978. Nele se define uma filosofia caracterizada, fundamentalmente, pela intensificação da sub-função de assessoria, compreendendo 03 (três) campos de ação:

- clima educativo
- maturação psico-social
- desenvolvimento vocacional,

e diferindo da metodologia tradicionalmente utilizada, em que predomina a ação direta orientador/orientando, descomprometida com a escola como um todo. Outra grande proposição do modelo, refere-se a adoção de uma estratégia que viabilize um sentido de unidade na ação educativa, desencadeada pela escola.

Ao nível de criação de infra-estrutura para a ampliação dos serviços de Orientação Educação, está sendo providenciado Concurso Público, de títulos e provas, para provimento de cargos, a ser realizado no decorrer de 1978.

Por outro lado, não dispondo, ainda, o Sistema de Orientadores Educacionais em número suficiente para atender à rede de ensino do 1º Grau, optou pela execução das atividades de assessoramento técnico mediante a realização periódica de Seminários, viabilizando estudos mais consistentes em torno de assuntos da área de interesse além de ensejar uma troca maior de experiência entre os Orientadores Educacionais do Interior e os da Capital. Desse modo, desenvolveram-se 03 Seminários entre 76/77 que tiveram por temas centrais, respectivamente: Análise Crítica do Documento Básico de O. E., proposto para o Estado da Bahia; Concepção Operatória do Desenvolvimento Vocacional e Avaliação no Domínio Afetivo, com a participação total de 254 Orientadores Educacionais do 1º Grau, da Capital e do Interior.

novas diretrizes para os soe's de segundo grau

seleção vocacional para ingresso em cursos profissionalizantes

elaboração e divulgação de documentos

Com base no estudo de diagnóstico voltado para a Orientação Educacional no Estado, foi elaborado o documento "Novas Diretrizes para os SOE's Serviços de Orientação Educacional ao nível de Unidade Escolar, cujas linhas de ação vêm sendo operacionalizadas e reajustadas, ano a ano, graças à efetivação da avaliação no processo de execução.

No desenvolvimento das atividades de orientação educacional, definiram-se duas alternativas de ação: a adoção de uma sistemática de trabalho direto da Equipe Central com as UU.EE., da Capital, 10 das 17, através de contatos mensais e bimensais, com os Orientadores e Coordenadores de SOE's; para o Interior foi indicada a utilização do Projeto vanguarda, implantado neste triênio em 10 Coordenadorias Regionais, apoiado nas Coordenações Técnicas dessas CRs. e nos Coordenadores de Projetos ao nível de Unidade Escolar, objetivando a criação de setores de atividades culturais, de saúde, de segurança, e finanças, proporcionando experiências significativas aos alunos, envolvendo inclusive as comunidades locais.

Atuando junto às administrações escolares, a SEC vem realizando ainda na área da orientação educacional, todo um trabalho de seleção vocacional de alunos para os novos cursos profissionalizantes, implantados neste governo, candidatos à habilitações básicas de agropecuária e enfermagem.

Subsidiando o trabalho desenvolvido pelos especialistas de Orientação Educacional de 2º Grau, foram elaborados e divulgados os documentos:

- I – Atribuições do O.E. ao nível Central, Regional de Unidade Escolar.
- II – Um Modelo de Orientação Educacional para Centros Interescolares. V
- III – Ação Integrada Orientação versus Supervisão.
- IV – Concepção Operatória.
- V – Técnicas para a tomada de decisão profissional.
- VI – Orientação e Currículo.
- VII – Tipologia das Habilitações de 2º Grau – Duas Edições, 76 e 77.
- VIII – Avaliação Psico-Pedagógica.
- IX – Aconselhamento Vocacional.

feiras de informação profissional



Governador inaugura Feira de Informação Profissional

Destaca-se, nesta área de atuação da SEC, a realização anual das Feiras de Informação Profissional, levando à comunidade estudantil de 1º e 2º Graus de Salvador, informes atualizados sobre as oportunidades educacionais e ocupacionais já definida, através da afluência de milhares de estudantes das redes estadual, municipal e particular, além da participação crescente da comunidade em geral, como atividade consagrada pelo público. Cabe ressaltar o volume de providências relativas à elaboração de todo um material informativo das profissões do mercado de trabalho nacional e, ao nível local, correlacionado com os cursos oferecidos pelo Sistema estadual de ensino de 1º e 2º Graus.

supervisão educacional

**curso de
atualização para
coordenadores
de área do
segundo grau**

A necessidade de revitalização da ação supervisora, refletindo a preocupação do Governo Federal em ampliar e melhorar a educação em todos os níveis (Lei 5692/71), determinou a elaboração e publicação dos documentos "Supervisão Educacional na Área de 1º Grau" e "Plano de Implantação da Supervisão ao Nível de 2º Grau", ambos vazados em diretrizes comuns, configurando os subprogramas relativos a cada um desses graus de ensino.

A implantação do modelo adotado, em três níveis distintos de execução — Central, Regional e de U.E., requereu a instalação de Equipes Centrais numa primeira providência, no âmbito da administração central.

As Equipes Regionais, por sua vez, vêm sendo implantadas, gradativamente, alcançando, no 1º Grau, 13 Coordenadorias Regionais e, no 2º, 10. Desse modo, a ação supervisora, se tem efetivado, no interior do Estado, através das Equipes Regionais, ora desenvolvendo um trabalho direto com os Supervisores da região e UU.EE., havendo disponibilidade suficiente de especialistas dessa área, ora promovendo uma assistência indireta, através da atuação de Docentes (representantes de classes), Diretores e Delegados Escolares do ensino de 1º grau ou Coordenadores de Área de Habilitações e de Disciplinas (CIENA), ao nível do 2º Grau.

Para efetivação da Supervisão indireta, no 2º grau, foi realizado curso de Atualização para os referidos Coordenadores, compreendendo uma parte teórica de fundamentação em Administração, Economia, Sociologia, Psicologia Social e Legislação, além de outra, de estágio em Empre-

sas, visando a adequar o currículo de 2º grau aos requerimentos do mercado de trabalho local e capacitar os docentes-estagiários, à elaboração de planos anuais de ação.

**ação supervisora
direta
— na capital**

**os pdri e a
supervisão do
primeiro grau**

**ação integrada
supervisão/orientação
educacional/niee**

seleção de pessoal

Já em Salvador, em decorrência da proximidade com a administração-central e de uma disponibilidade maior de supervisores, viabilizou-se a ação direta nos três níveis propostos pelo modelo-central, regional e de Unidade Escolar.

Com vistas à elaboração de estudos específicos, na área de interesse do 1º Grau, 09 Seminários foram realizados em torno de planejamento, avaliação, tecnologia de ensino e Filosofia da supervisão, no enfoque do modelo adotado.

Os Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado da Bacia do Paraguaçu, de Irecê, dos Tabuleiros Costeiros Sul e Além São Francisco, também, mereceram assistência técnica da Equipe Central quanto ao planejamento, execução e avaliação das atividades de supervisão e currículo de 1º Grau.

Em consonância com o MEC/DEM, elaborou a SEC um projeto de ação integrada entre a Supervisão, a Orientação Educacional e o Núcleo de Integração Escola-Empresa, para cuja execução, no início deste exercício, foi realizado seminário em 1977, envolvendo 10 Supervisores e 10 Orientadores de UU.EE. da Capital.

Inicialmente, esse Projeto abrangerá, ao nível experimental, as Crs 1/A e 1/B além de quatro (4) Unidades Escolares da Capital, mais as CRs 02 — Feira de Santana e 04 — Itabuna.

Acresce ainda destacar a seleção e colocação de pessoal de supervisão de 1º e 2º Graus, ensejada pela revalidação do Concurso, de provas e títulos, realizado em março de 1974. Convocados 80, compareceram 50 especialistas.



teleducação

**construção da
sede própria
do irdeb**

**utilização de
tecnologias
educacionais –
radiovisão**

**rádio educativa
da bahia**



Ao Instituto de Rádio Difusão Educativa da Bahia – IRDEB, incumbe a coordenação, em âmbito estadual, da Teleducação. O Governo Roberto Santos, no sentido de proporcionar infra-estrutura compatível com os encargos inerentes à prestação de serviços educativos através do rádio, televisão, correspondência e outros meios de comunicação de massa, construiu a sede própria do IRDEB, localizada no Alto do Sobradinho, com uma área total de 10.000m², sendo 2.344m² de área construída, equipada nos moldes mais modernos, cuja inauguração teve lugar a 31 de março de 1977. Dispõe o referido Instituto de eficiente serviço de mecanografia e duplicação, laboratório fotográfico, 02 (dois) estúdios de som e hum (01) estúdio gráfico, os quais, à exceção do primeiro, representam a contrapartida do Governo Canadense no Projeto de Utilização da Técnica de Radiovisão. Uma das metas prioritárias desse Projeto, vale destacar, é a do Treinamento de Professores Alfabetizadores das Redes Estadual e Municipal, contando com a participação direta de técnicos canadenses responsáveis pela transmissão de “know-how”. Esse Projeto é produto do Convênio firmado entre o Governo do Canadá, através da CIDA – Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional e o Governo Federal/MEC/PRONTEL, experiência pioneira ao nível nacional, com aplicação financeira da ordem de dois milhões e meio de cruzeiros (SEC e PRONTEL), além de quinhentos e quinze mil cento e quarenta e dois dólares do Governo Canadense.

Outra importante providência realizada por este Governo diz respeito à montagem e operação de uma Emissora de Rádio Educativa, permitindo a execução de extensa programação diária não só na faixa do Supletivo mas também na do Ensino Regular e ainda em apoio ao desenvolvimento e divulgação da Cultura.

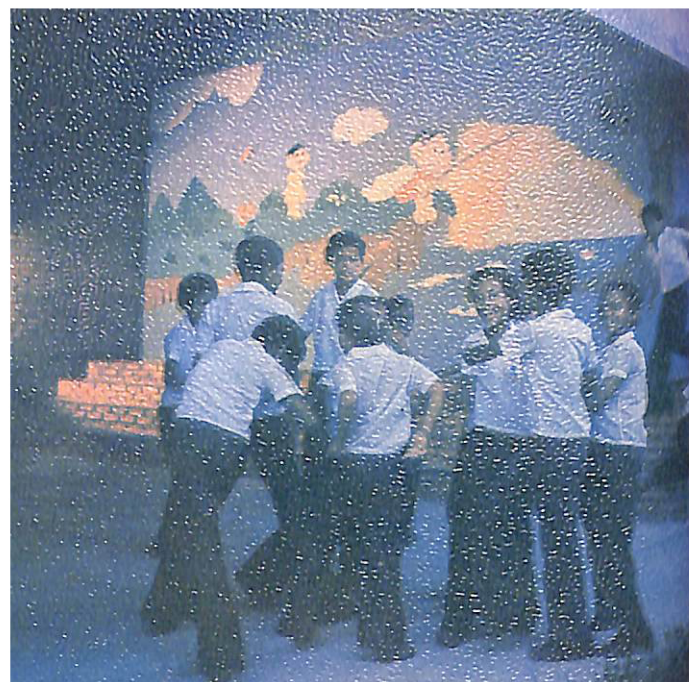


Torre de transmissão da Rádio Educadora da Bahia (IRDEB)

Nesse sentido, publicou o Ministério das Comunicações, Portaria de n. 617, em 07.07.77, aprovando a implantação de uma Estação de Radiodifusão Sonora, em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos e a Presidência da República, através do Decreto n. 80.049, datado de 22.07.77, outorgou ao IRDEB o estabelecimento de uma Estação de Radiodifusão Sonora, em Ondas Curtas. Desse modo, ficava assegurado o funcionamento da Rádio Educativa da Bahia, que estará entrando no ar, experimentalmente, a 31 de março de 1978.

criação e captação de novas fontes de recursos

salário
educação II



Jovens em recreio (Escola Aliomar Baleeiro)

Investir, ampliar e manter, conservar constituem-se nas variáveis dependentes sobre as quais se debruçam os planejadores educacionais das economias em desenvolvimento, objetivando atender no caso brasileiro, a uma população eminentemente jovem: mais de 40% tem menos de 15 anos de idade.

O Salário Educação II, institucionalizado em 1975 pelo Governo Federal graças aos estudos realizados pelos Secretários da Educação do Nordeste, naquele ano, contando com a participação intensiva da Bahia, compõe, hoje, uma nova fonte de recursos agregada ao Salário Educação I, cuja importância é fácil inferir a partir dos valores sucessivos, do Salário-Educação, Quota Estadual,

em 1975 – Cr\$ 33.269.244,00

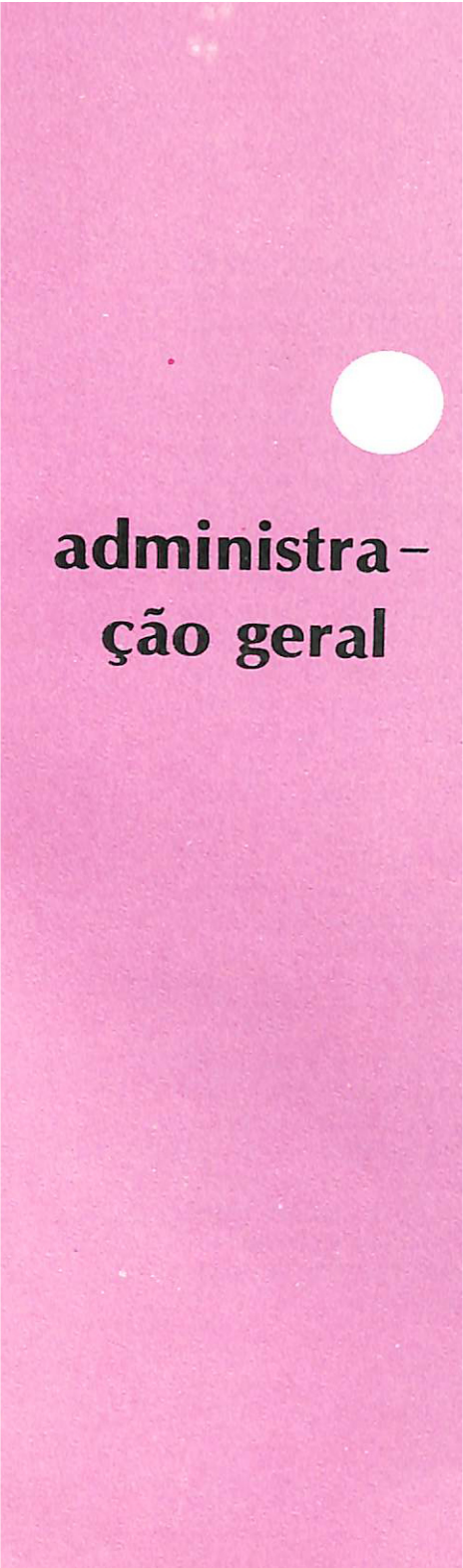
em 1976 – Cr\$ 71.192.630,00

em 1977 – Cr\$ 160.000.000,00, recursos alocados, mediante a elaboração de Planos de aplicação anuais, para o Ensino de 1º Grau, com exclusividade.

profas

Ao nível de resultados alcançados nessa abordagem, sobressai o Convênio firmado entre o Governo do Estado da Bahia e a Caixa Econômica Federal, através do FAS — Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, no montante de 501 milhões de cruzeiros, permitindo à SEC elaborar um amplo programa de expansão e melhoria do Sistema Estadual de Ensino Formal e Não-Formal, abrangendo construção e equipamento de 03 Escolas de 2º Grau de médio porte ($2.800m^2$), 01 Centro Integrado de Educação, 01 Centro de Treinamento de Recursos Humanos, 01 Centro de Estudos Supletivos e 01 Centro de Educação Tecnológica, em Salvador; 01 Escola de 2º Grau, de grande porte ($4.500m^2$), em Camaçari; 01 Escola de 2º Grau, de médio porte, em Simões Filho; 06 Escolas Agrotécnicas e 06 Escolas de 2º Grau, de pequeno porte ($2.200m^2$), todas profissionalizantes, no Interior do Estado, além da implantação de Consultórios Médicos e Odontológicos em 17 Escolas da Capital e do Interior, e de Laboratórios da área de Ciências Exatas em 05 Unidades de Nível Superior e implantação de equipamentos de artes práticas em 01 Unidade de Nível Superior.

Merece destaque na alocação desses recursos o extenso Programa, inédito no Estado, destinado ao crescimento maciço de oportunidades educacionais ao nível do 2º Grau, beneficiando a Capital e o Interior, considerando-se que, no último decênio, excetuada a criação dos Centros Integrados e a utilização eventual de dependências do 1º Grau, a ampliação da rede física desse nível do ensino, praticamente, não ocorreu.



administra- ção geral



Alguns projetos executados nesta administração apresentaram resultados ponderáveis, em termos de: classificação do Pessoal, reunindo dados referentes a categoria, lotação, etc. por Coordenadoria Regional e Unidade Escolar; processamento de comprovantes de rendimentos dos servidores da SEC para declaração de Imposto de Renda; listagem de todos os Servidores Contratados, estratificados por Coordenadoria e Município; elaboração do cadastramento do PASEP, de cálculos do FGTS, etc...

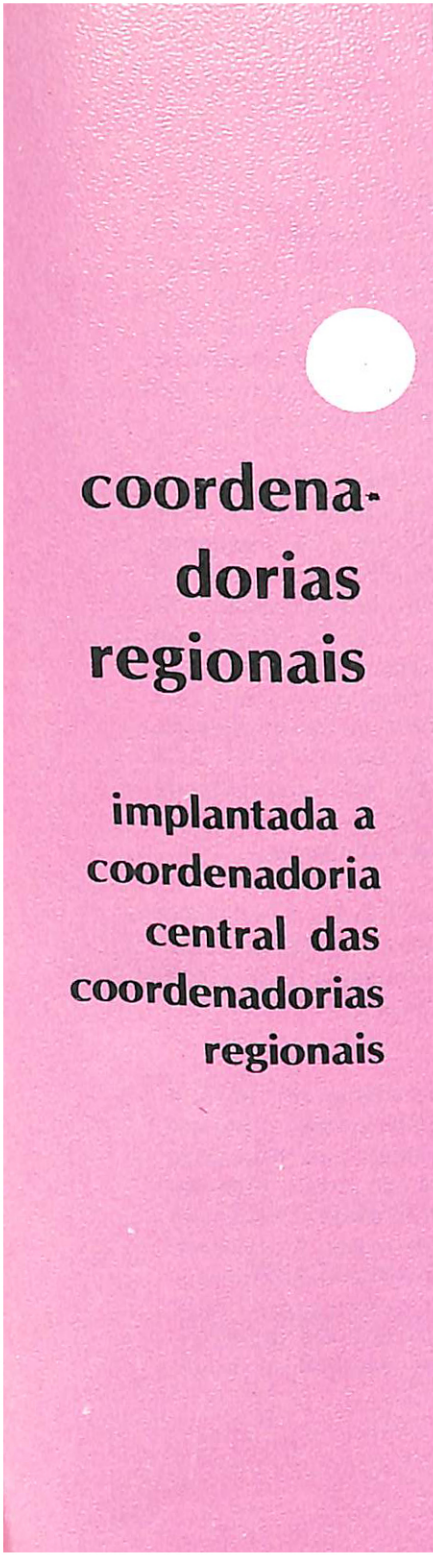
Como estímulo remuneratório, destaca-se na aplicação do Estatuto do Magistério, a vantagem do "avanço horizontal" por tempo de serviço, em razão do efetivo exercício do magistério, cuja execução se processa gradativamente, beneficiando docentes da Capital e do Interior.

Em dezembro de 1977, o Quadro de Pessoal da SEC apresentava os seguintes quantitativos:

total de funcionários: 44.287

em folha: 43.031

afastamento em licença: 1.256



coordena- dorias regionais

**implantada a
coordenadoria
central das
coordenadorias
regionais**



A descentralização administrativa ensejada, na SEC, através da estruturação do Sistema de Coordenadorias Regionais, somando o total de 20 em todo o Estado, assume importância decisiva ao desempenho da administração educacional, possibilitando uma atuação efetiva no mais longínquo interior do Estado.

Neste Governo, tornou-se oportuna a consolidação da antiga Comissão Central, transformando-a em Coordenadoria Central das CRs ganhando assim novas dimensões:

- *Criando* mecanismos próprios capazes de favorecer o relacionamento das CRs e os Órgãos integrantes da administração Central;
- *Consolidando* o sistema de descentralização da SEC através do aperfeiçoamento constante de sua dinâmica operacional;
- *Supervisionando* a atuação das CRs com vistas à integração de Planos e Programas oriundos da administração Central.

Com vistas a facilitar a articulação dos Coordenadores Regionais com os Municípios de suas jurisdições, a SEC adquiriu veículo, modelo Brasília, para cada uma das CRs.



conselho estadual de educação



Cabe ao Conselho Estadual de Educação a principal função normativa, concernentes às atividades educacionais do Sistema. As deliberações do plenário tomam a forma de Resoluções, as das Câmaras e Comissões, Pareceres. Cabendo ao sistema estadual as responsabilidades maiores do ensino de primeiro e segundo graus, grande parte das deliberações do plenário a eles se referem.

As autorizações de cursos de segundo grau, em 1976, possibilitaram a implantação de 120 habilitações profissionais, sendo as mais frequentes, Técnico em Contabilidade, 32; Magistério do 1º Grau, 26; Assistente de Administração, 17; Técnico em Secretariado, 11; e, em 1977, foram autorizados mais 81 cursos entre habilitações profissionais e básicas, destacando-se ainda, com maior frequência, Assistente de Administração, 08; Magistério de 1º Grau (até a 4ª série), 21 e Técnico em Contabilidade, 13; representando 50% da oferta para um total de 81 cursos, e 03 dos 33 tipos de habilitações enumerados.

Envolvendo ainda o 1º e 2º Graus, foram elaborados 145 Pareceres de autoria da Câmara específica e com referência a problemas legais e jurídicos, a Comissão de Legislação e Normas emitiu 206 Pareceres.

Em matéria de educação universitária, em 1976, o Conselho opinou favoravelmente sobre o projeto de autorização de funcionamento da Faculdade de Formação de Professores de Jequié, e do seu curso de Licenciatura em Ciências. A Câmara aprovou a indicação de dezessete professores, doze para a Faculdade de Formação de Professores de Vitória da Conquista e cinco para a Faculdade de Alagoinhas. Outros Projetos de cursos superiores obtiveram Parecer favorável no decurso de 1977:

encontros regionais de educação

- Curso de Licenciatura de 1º Grau, em Letras. Faculdade de Formação de Professores de Jequié, Parecer 25/77.
- Cursos de Licenciatura em Estudos Sociais e em Ciências. Faculdade de Formação de Professores de Vitória da Conquista — Pareceres 123/77, 266/77.
- Cursos de Licenciatura em Estudos Sociais e em Ciências. Faculdade de Formação de Professores de Alagoinhas — Pareceres 124/77, 205/77.

O Conselho acompanhou o esforço do executivo na implantação do ensino superior em importantes comunidades interioranas favorecendo, desse modo, o nível cultural de suas respectivas regiões, e, por outro lado, mitigando o problema de sua concentração na Capital.

No que tange a educação extra-escolar, a ação do Conselho se tem exercido na indicação de estabelecimentos de ensino para a realização de exames de suplência, de educação geral e na solução de problemas correlatos, além daquelas referentes à emissão de certificados e implantação de cursos supletivos.

- Denominação e tipologia de estabelecimento. Necessidade de uma sistematização.
- Pré-escolar. Necessidade de elaborar o CEE diretrizes.

Inovação de grande repercussão nos meios educacionais interioranos, os Encontros Regionais de Educação, promovidos pelo Conselho Estadual de Educação, tiveram lugar, o 1º, na Cidade de Feira de Santana, em maio de 1976 e o 2º nas Cidades de Itabuna e Ilhéus, com sede na Universidade de Santa Cruz, em maio de 1977.

Tendo por objetivo o estudo de problemas educacionais que envolvem autoridades educacionais dos municípios que integram as diferentes Coordenadorias Regionais de Educação da SEC e o próprio CEE, constituíram-se em temas centrais dos dois Encontros, respectivamente:

- Autorização e Reconhecimento de Estabelecimento de Ensino.
- Municipalização da Administração do Ensino, e,
- Ensino do 2º Grau: diversificação das habilitações em face das condições geo-econômicas da região; estágio supervisionado.
- Regimento Escolar: avaliação, promoção, recuperação e dependência.

Outro evento da maior importância, a inauguração das instalações do Conselho em prédio alugado pela Secretaria da Educação, teve lugar a 26.07.77, possibilitando ao Colegiado melhor organizar-se no desempenho das tarefas que lhe estão afetas.

Na área da Educação Especial aprovou o Conselho Cursos de Atualização de Professores.

A Comissão de Legislação e Normas, à qual incumbe pronunciar-se sobre matéria de interpretação e aplicação de normas jurídicas é um dos setores do Órgão Colegiado que apresenta maior

volume de trabalhos e pareceres, envolvendo: equivalência de estudos e de cursos, regularização de vida escolar, regimentos de estabelecimentos, matrículas e exames, com a emissão de 381 Pareceres no biênio 76/77.

Participando do processo de planejamento educacional, através da Comissão de Planejamento, o CEE examina, discute e aprova, em decorrência de dispositivo legal, não só os planos de aplicação de recursos, sendo os mais comuns os oriundos do Salário-Educação, os projetos que impliquem em ajuda técnica e financeira da União, bem como de planos estaduais de educação.

A Comissão de Encargos Educacionais, por seu turno, realizou 84 Reuniões e 663 Pareceres homologados pelo Plenário.

As Indicações e Estudos têm por objetivo criar novas normas para o sistema de educação, podendo ser destacado, entre outros:

- Criação de Assessoria Técnica para o Conselho.
- Proposta de uma sistemática operacional para aplicação dos recursos do Salário-Educação, Quota Estadual.
- Matrículas de alunos em estabelecimentos estaduais com estudos correspondentes em cursos livres.

**Habilitações
profissionais
autorizadas
pelo C.E.E.
— 1976**

**Tipos
24
Quantidade
120**

Técnico em Contabilidade 32
Auxiliar de Contabilidade 1
Magistério 26
Assistente de Administração 17
Auxiliar de Administração 2
Técnico em Secretariado 11
Estudos Adicionais 3
Técnico em Agricultura 2
Técnico em Agro-Pecuária 2
Técnico em Eletrônica 1
Técnico em Eletrotécnica 1
Auxiliar de Lab. e Análise Química 4
Auxiliar de Enfermagem 3
Técnico em Desenho Arquitetônico 2
Técnico em Patologia Clínica 2
Técnico em Turismo 1
Auxiliar de Escritório 3
Técnico em Publicidade 1
Técnico em Desenho de Estruturas 1
Técnico em Economia Doméstica 1
Técnico em Estatística 1
Técnico em Química 1
Auxiliar de Desenhista de Inst. Elétricas 1
Desenhista de Publicidade 1

**Habilitações
profissionais
e básicas,
autorizadas
pelo C.E.E.
– 1977**

Tipos

33

Quantidade

81

Assistente de Administração 08
Auxiliar de Enfermagem 02
Auxiliar de Escritório 02
Auxiliar de Laboratório e Análises Químicas 02
Auxiliar Técnico em Radiologia Médica 01
Auxiliar Técnico Oficial de Farmácia 01
Agropecuária 01
Comércio 01
Desenhista em Arquitetura 02
Desenhista em Estrutura 01
Estudos Adicionais 01
Magistério do 1.º grau (até a 4.ª série) 21
Magistério do 1.º grau (até a 6.ª série) 01
Química 01
Redator Auxiliar 01
Saúde 01
Secretariado 02
Técnicas Agrícolas 01
Técnico em Contabilidade 13
Técnico em Desenho Técnico 01
Técnico em Estatística 01
Técnico em Economia Doméstica 01
Técnico em Edificações 01
Técnico Industrial em Eletromecânica 01
Técnico Industrial em Eletrotécnica 01
Técnico em Mecânica 01
Técnico em Patologia Clínica 03
Técnica em Petroquímica 01
Técnico em Química 03
Técnico em Turismo 01
Técnico em Relações Públicas 01
Técnico em Serviços Bancários 01
Tradutor Intérprete 01



cultura

**fundação
cultural
do estado
da bahia**



A ação governamental no campo da Cultura tem sido dirigida para a consecução de dois objetivos:

O primeiro, voltado para a promoção do desenvolvimento cultural de todos os extratos populacionais, contrapondo-se à tradição, marcada pelo sentido episódico dos eventos, circunscritos a certos espaços culturais, frequentados apenas pelas elites;

O segundo, vinculado à restauração e preservação do rico acervo arquitetônico, artístico e cultural do Estado, envolvendo também as populações fixadas nas áreas de interesse.

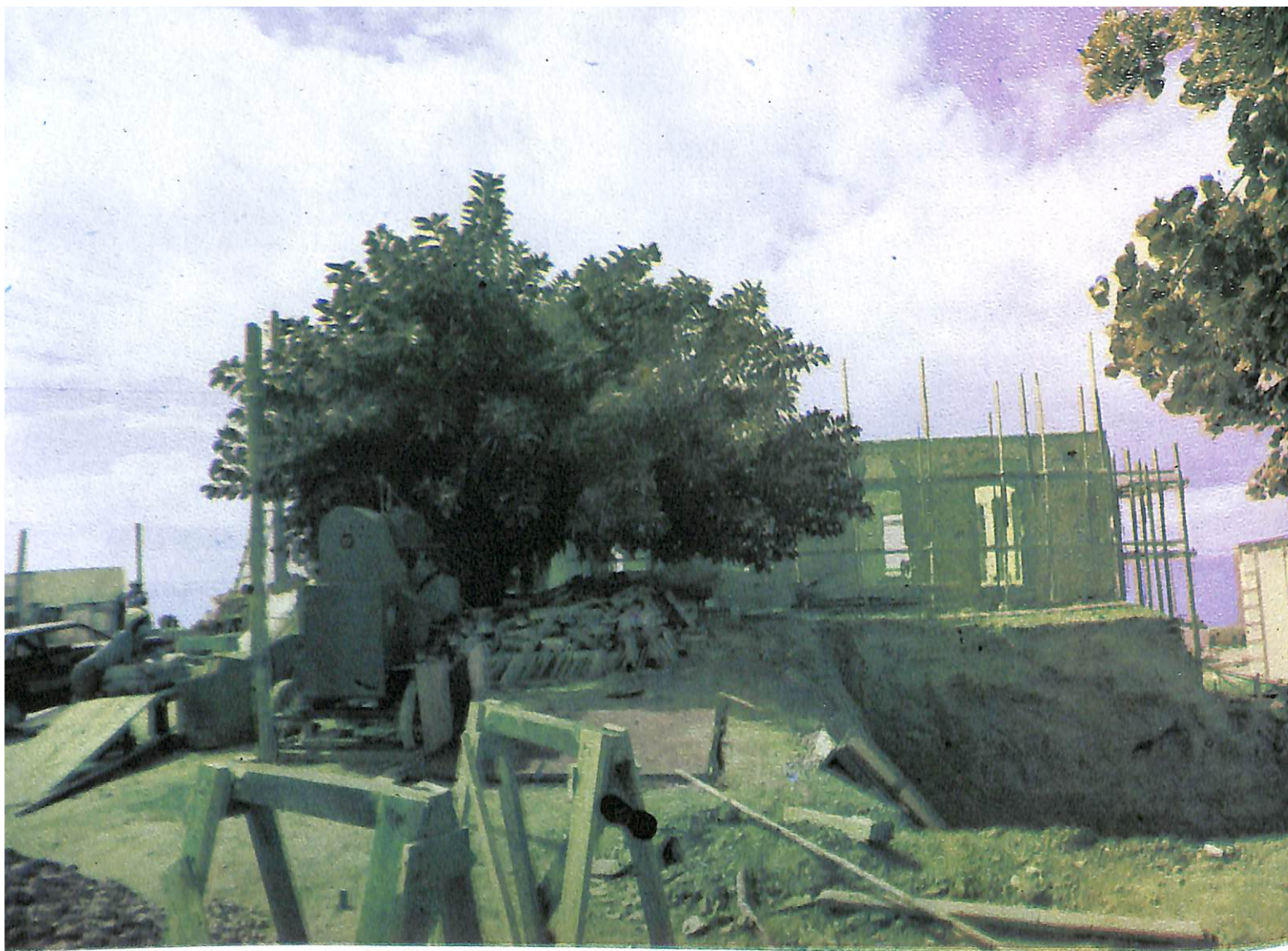
Para atingí-los, conta o Governo com a participação de 03 Órgãos, um dos quais normativo, que numa ação conjunta promovem e preservam a Cultura em toda a sua variegada manifestação, ao nível do Estado como um todo:

- a Fundação Cultural da Bahia;
- a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, e
- o Conselho Estadual de Cultura.

Dois postulados básicos dirigiram a atuação da Fundação Cultural: a preservação do acervo cultural bahiano, cuidando da sua reinserção contínua na realidade cultural presente e investindo na dinamização de processos de criação cultural, tomando como objetivo maior uma participação comunitária a mais ampla possível.

Diversos projetos foram elaborados e estão sendo executados. Eles visam primordialmente incentivar a produção e generalizar ao máximo o consumo, respeitando a espontaneidade da criação.

Também traduzem a emergência de se proteger, salvaguardar e valorizar nosso patrimônio. Cuidam da promoção de estudos e pesquisas para o levantamento de todos os acervos culturais e da respectiva documentação.



Antigo Lazareto, futura sede da CONDER



COPLAN
Coordenação de Planejamento e Pesquisa Social da F.P.A.C.Ba.

A Fundação Cultural coordena e abrange, hoje, as seguintes Unidades:

- Coordenadoria de Música e Artes Cênicas
- Coordenadoria de Museus
- Coordenadoria de Bibliotecas.
- Coordenadoria da Imagem e Som
- Teatro Castro Alves
- Museu de Arte Moderna
- Museu Wanderley de Pinho — Recôncavo
- Museu de Arte da Bahia
- Parque Cultural Castro Alves
- Casa de Cultura Afrânio Peixoto
- Biblioteca Infantil Monteiro Lobato
- Biblioteca Central do Estado
- Biblioteca de Educação
- Biblioteca Juracy Magalhães Júnior

A FCEB aglutinou e racionalizou o funcionamento dos diversos órgãos de cultura, outrora dispersos, dentro de uma perspectiva de dinamização global do Estado. Objetivando um maior desenvolvimento cultural de todos os extratos da população adotou uma política de descentralização, através da implantação do PROGRAMA DE DINAMIZAÇÃO CULTURAL NO INTERIOR DO ESTADO E UM PROGRAMA DE ANIMAÇÃO CULTURAL NOS BAIRROS, em resposta ao cuidado de elaborar programas de ação abrangentes e germinadores de "processos Culturais" e não mais limitar-se à apresentação de eventos episódicos e circunscritos a espaços culturais e fechados.

Em destaque, coordenou e realizou a SEC o concurso literário "Prêmios Culturais do Governo do Estado da Bahia", num total de 11 prêmios, uns nacionais, outros estaduais, cujos valores oscilavam entre 15 a 30 mil cruzeiros, além do prêmio Manoel da Silva Serva para jornalismo.



Prédio da Antiga Faculdade de Medicina

Merece registro a criação de uma linha editorial constituída das seguintes coleções:

- Casa da Torre (ficção)
- Ilha de Maré (poesia)
- Cabralia (ensaio)
- Sílio Bocanera Júnior (Teatro)
- Antonio Viana (folclore),

representando um impulso considerável no plano de editoração, cabendo assinalar a publicação de vários volumes editados em Braille.

A política da FCEB, nesta administração, tem sido a de republicar obras, esgotadas, de grande valor cultural e a de incentivar a criação literária contemporânea. Outro aspecto a ser ressaltado dentro desta área, a publicação de uma série de documentos inéditos fac-similados. Em 1978 to-

das essas atividades estarão coordenadas por um núcleo editorial, em fase de implantação.

A Fundação Cultural teve a seu cargo a realização de eventos comemorativos do calendário cívico-cultural, entre os quais o Nascimento e Morte de Castro Alves e o Cinquentenário da Morte de Amélia Rodrigues, Sexagésimo Aniversário da

Academia de Letras, Centenário do Nascimento de Carlos Ribeiro, Sesquicentenário de Fernandes da Cunha, Semana da Pátria, a promoção de exposições, concertos, espetáculos, conferências, festivais, etc., dentro da perspectiva de trabalhar diretamente ligada ao meio criador local, conjugando interesses, e levando esses eventos a bairros de Salvador e aos Núcleos Culturais mais importantes do Interior.

bibliotecas

Com a implantação, em 1978, do Núcleo Editorial elaborou-se um Programa de Edição de 24 títulos, muitos dos quais a partir de co-edições com editoras comerciais e instituições oficiais.

A rede de Bibliotecas Estaduais compreende:

- a Biblioteca Central,
- a Biblioteca Infantil Monteiro Lobato,
- a Biblioteca de Educação,
- a Biblioteca Juracy Magalhães Jr. e as demais bibliotecas da rede escolar.

A principal preocupação deste Governo tem sido agilizar, ampliar e modernizar o Sistema de Bibliotecas, ao tempo em que promove o aumento sistemático do acervo bibliográfico, executando um plano racional de descentralização através da expansão da rede às escolas, aos bairros mais populosos e ao interior do Estado.

Foram bastante intensificadas neste triênio, as atividades intrínsecas do setor mediante a assistência permanente à rede de ensino, classificação de livros, à realização de pesquisa de acervos público e privados, pesquisas sobre autores, levantamento, inventários e de desenvolvimento de técnicas de motivação de leitura. Uma permanente assistência aos imóveis tem sido realizada pela SEC através de inúmeros reparos, melhoramentos, com especial destaque para a biblioteca infantil Monteiro Lobato.

Um novo impulso recebeu o Sistema de carros-biblioteca com a aquisição, a partir de um convênio com o INL, de uma viatura em 77 e mais 12 viaturas em 78, para a Capital e o Interior.

Um programa permanente de preparação de pessoal técnico e modernização do Sistema de Bibliotecas foi e está sendo executado, a partir de Seminários, Cursos, Encontros, também realizados na Capital e Interior.

imagem e som

Como projetos principais em via de implantação, destacam-se o de Integração Museu-Biblioteca, o da Implantação de Bibliotecas Públicas, o da Microfilmagem de jornais baianos antigos e o da Preparação de 10 Bibliotecas de Bairros, aproveitando os Colégios. Com isto se descongestionará a Biblioteca Central e a Biblioteca Infantil Monteiro Lobato, abrindo novas bibliotecas às Comunidades dos Bairros.

Perfeitamente equipada para a realização e exibição cinematográfica cuidou a SEC, através da Fundação Cultural, de promover uma animação cultural permanente e da preparação de técnicos para o Setor. Em 1976 foi assinado convênio com a EMBRAFILME, no valor de 1 (hum) milhão e meio de cruzeiros, criando o Polo

Cinematográfico da Bahia. O referido convênio garantirá um arrojado impulso na produção cinematográfica bahiana. Em fase de implantação, a FILMOTECA cuidará da reunião, preservação e exibição de todo acervo de filmes aqui realizados. Segue-se um programa ininterrupto de projeções de filmes de qualidades no auditório da Biblioteca Central, equipado nas três bitolas. Inúmeras projeções, ciclos temáticos, ciclos de autores têm sido realizados com grande afluência de público.

No tocante à preparação de técnicos para o Setor, cursos de iniciação e profissionais foram realizados e vários outros estão programados para 1978. Como produção do triênio, enumeram-se:

- Produção de cinco filmes
- Exibição de 221 filmes
- Realização de 03 cursos
- Colaboração técnica em 02 filmes
- Realização de 02 documentários (Co-produção com o Itamarati)

Cumprе assinalar que os equipamentos da Fundação, nessa área, foram emprestados para várias produções cinematográficas locais de valor cultural.

museus

Ao nível de estratégia, optou a SEC pela dinamização dos seus museus (Museu de Arte da Bahia, Museu de Arte Moderna da Bahia, Museu Wanderley Pinho, Museu do Descobrimento); tornando-os centros vivos de cultura, buscando realizar a aproximação dos artistas e público através de uma relação mais criativa onde o próprio público participa do processo de criação.

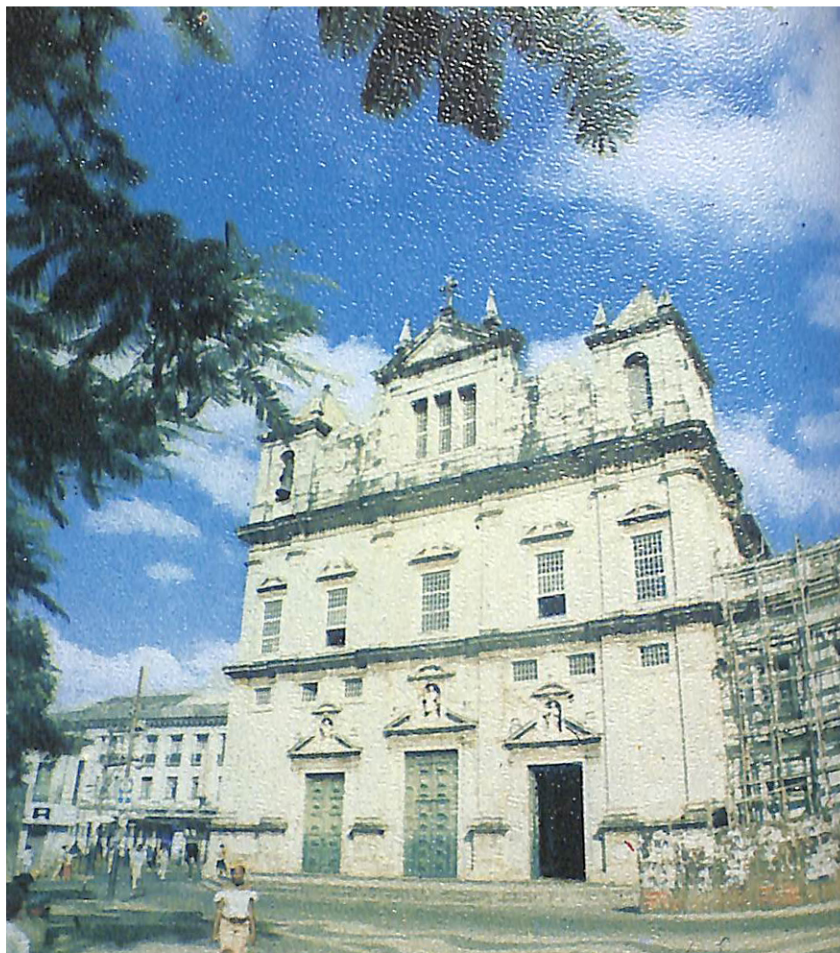
Cuidou de realizar o levantamento e tombamento dos seus acervos, adaptar os espaços a uma melhor conservação das obras de arte e sobretudo exibir os seus acervos. Assim, O Museu de Arte Moderna pôde realizar duas exposições do Acervo I e Acervo II que há dez anos não eram exibidos ao público. Outra diretriz adotada foi a de se promover espetáculos "Multi-mídia", integrando várias expressões artísticas em torno de um mesmo tema, além de ampliar o Acervo da Fundação com obras de arte contemporânea, numa perspectiva de continuidade.

A realização de diversos cursos, trabalhos de pesquisa e desenvolvimento de projetos especiais, bem como o aproveitamento de estudantes de museologia, através de estágios da própria Fundação e da Fundação Mudes, também merece destaque.

Cabe assinalar ainda o desenvolvimento de um trabalho pioneiro, registrando até agora resultados bastante satisfatórios: "O Programa Museu-Escola", dividido em duas fases: a Escola vai ao Museu e o Museu vai a Escola. Para a expansão desse programa, a SEC está adquirindo um ônibus para o transporte dos alunos.



*Igreja da Ordem 3a. da Irmandade de N.Sa. do
Rosário dos Homens Pretos, no Pelourinho*



Catedral Basílica do Salvador

Em sequência, assim se desenvolveram as atividades da FCEB nessa área:

1975 – PROGRAMA MUSEU-ESCOLA: desenvolvimento do projeto

Museu de Arte da Bahia: 12 exposições

Museu de Arte Moderna: 09 exposições

Publicações – 01

Convênio Museu Costa Pinto (manutenção – 180.000,00

Implantação do Museu do Descobrimento – Porto Seguro

1976 – Levantamento e tombamento do Acervo do MAMB

Museu de Arte da Bahia – 11 exposições

Museu de Arte Moderna – 06 exposições

MUSEU-ESCOLA: implantação

Convênio Museu Carlos Costa Pinto (manutenção) 260.000,00

EXPOSIÇÃO DO ACERVO I e II

Animação da área do Unhão

1977 – PROGRAMA MUSEU-ESCOLA: participaram 6.021 alunos, 20 escolas.

música e artes cênicas



Teatro Castro Alves sofreu profundos reparos em suas instalações

Como principal elemento propulsor das atividades no campo da música e artes cênicas, o Teatro Castro Alves, foi beneficiado neste Governo com amplos e importantes reparos nas suas instalações físicas e técnicas: novo sistema de ar condicionado, novo sistema de som e luz, pintura do prédio, novos tapetes, cortinas e a Concha Acústica totalmente modernizada.

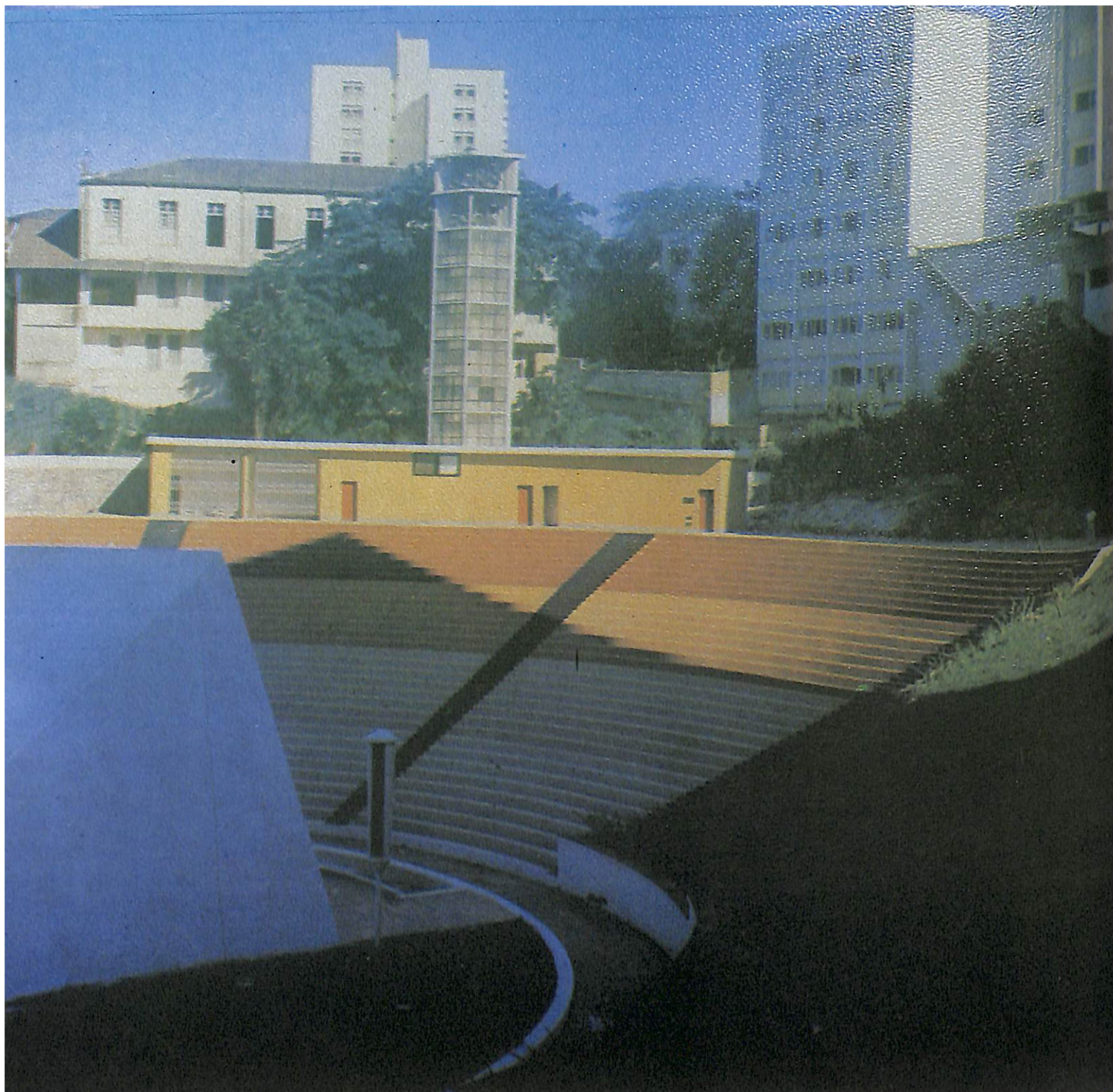
Assumindo uma postura mais agressiva quanto à animação cultural da Capital, o TCA iniciou um sistema de trabalho baseado em produções próprias, não mais se limitando à simples apresentação de espetáculos, registrando um aumento considerável em sua frequência e no número de espetáculos:

1975 – 18 espetáculos

1976 – 186 espetáculos

1977 – 267 espetáculos e 01 produção própria.

Atendendo à política de descentralização, vários espetáculos foram levados à efeito em outros espaços da FCEB (Biblioteca Central, Solar do Unhão, Biblioteca Infantil Monteiro Lobato) e em outros bairros da cidade, estimuladas experiências pioneiras, relativas ao processo de criação, através de laboratórios de criação espontânea, abertos ao público.



Concha Acústica do TCA totalmente recupera

restauração e preservação do patrimônio artístico e cultural do estado

convênios

As atividades desenvolvidas pela Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, destinando-se basicamente à restauração e preservação do rico acervo arquitetônico, artístico e cultural do Estado, envolvem também a promoção social das populações que habitam e vivem nas áreas sob a sua ação e proteção.

Para a execução de tão significativo programa foram aplicados recursos orçamentários da ordem de 53 milhões 775 mil cruzeiros e extra-orçamentários, provenientes de convênios com a SEPLAN/PR, no montante de 32 milhões, 31 mil e 750 cruzeiros.

Importantes convênios foram celebrados no decorrer do triênio com Entidades Federais, Estaduais e Municipais visando, não só atender à programação estabelecida bem como ampliar a sua área de ação, a saber:

1. Com a SEPLAN/PR para a realização de obras de restauração em imóveis de valor histórico, de acordo com o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste.
 - 1.1. Obras complementares no prédio 29 da rua Gregório de Matos.
 - 1.2. Obras complementares nos prédios 21, 23 e 25 da rua Gregório de Matos.
 - 1.3. Prédio da antiga Faculdade de Medicina (Museu Afro-Brasileiro).
 - 1.4. Igreja e Convento de N. S. dos Humildes, na cidade de Santo Amaro.
 - 1.5. Igreja de N. S. do Rosário dos Pretos.
 - 1.6. Forum de Nazaré, na cidade de Nazaré das Farinhas.
 - 1.7. Museu da Independência, à rua Ana Nery n. 7, na cidade de Cachoeira.
 - 1.8. Biblioteca Pública, à rua Ana Nery n. 1, na cidade de Cachoeira.
 - 1.9. Quinta do Tanque.
 - 1.10. Solar do Ferrão, à rua Gregório de Matos, 45 para sede da Fundação.
 - 1.11. IPAC — Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia, volume II.
 - 1.12. Cabana do Pai Tomás, em Cachoeira.
 - 1.13. Obras de Complementação (pintura do forro, da nave e altares) da Igreja de N. S. do Rosário dos Pretos.



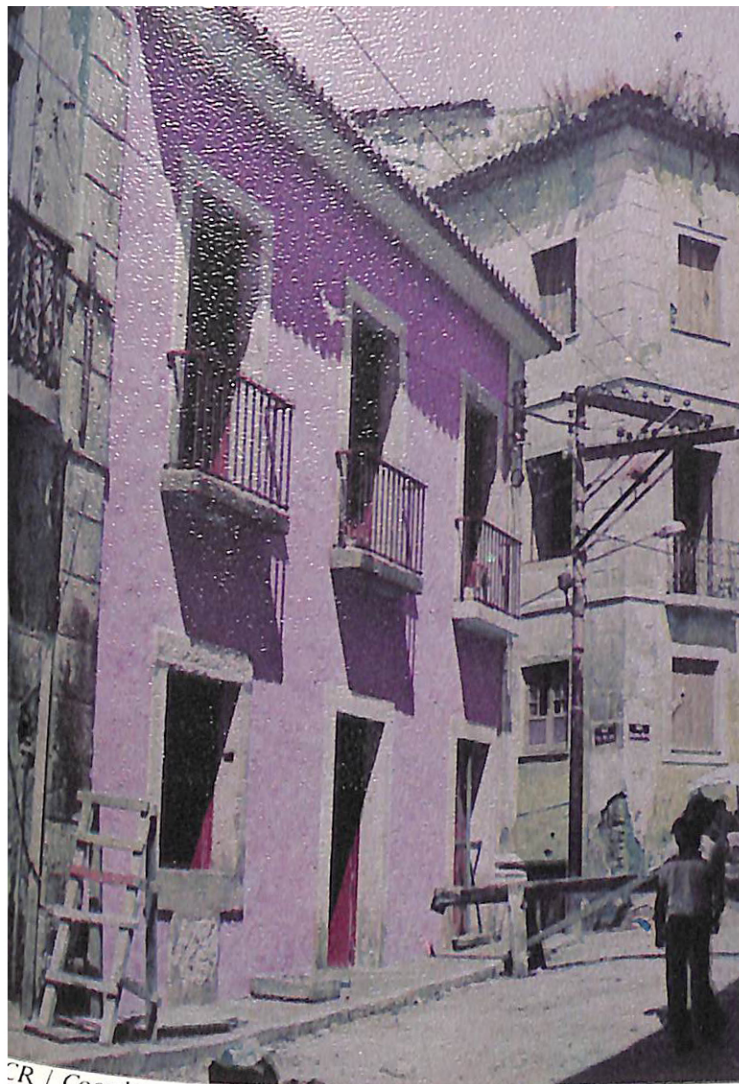
Sobrado do Tenente Bottas, em Itaparic

2. Com as VOLUNTÁRIAS SOCIAIS DA BAHIA para doação de um forno elétrico para cerâmica com temperatura máxima de 1.000°C, potência de 15 kw, ligação trifásica, 220v, com controle automático de temperatura.

3. Com a CONDER – Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador para os fins indicados:

3.1. CONDER/FEREM (Fundo Especial de Equipamento da Região Metropolitana de Salvador) para a preservação de sítios históricos e a restauração e conservação de monumentos arquitetônicos.

Vale ressaltar aqui a importância desse convênio, cujos recursos possibilitaram atender a um número maior de monumentos carentes, na região metropolitana.



CR / Coordenação de Conservação e Restauração da F.P.A.C.Ba.

3.2. SOBRADO TENENTE BOTTAS na Ilha de Itaparica.

3.3. PLANDIP — Plano Diretor do Pelourinho que se fazia imprescindível como norteador e indicador das diretrizes e da ação a ser adotada na área.

3.4. ANTIGO LAZARETO E COLINA DO CAMARÃO, visando assistência técnica e fiscalização da obra de restauração do velho monumento.

3.5. FEREM — repasse para a obra de recuperação do prédio da antiga Faculdade de Medicina, ao Terreiro de Jesus.

4. Com o IPHAN — Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

4.1. Igreja de Oliveira de Campinhos, para retirada, imunização e recuperação do seu altar-mór.

5. Com a Prefeitura Municipal do Salvador e Secretaria da Indústria e Comércio.

5.1. Forte de Santo Antônio Além do Carmo, para instalação do Centro de Cultura Popular e Memória Histórica da Cidade do Salvador.

6. Com a Secretaria da Justiça para implantação de um Núcleo de Prevenção à Marginalização do Menor na área do Pelourinho. Vale registrar a alta importância dos documentos assinados entre o MEC — Ministério da Educação e Cultura e o Estado da Bahia quando da visita do ministro Ney Braga a Salvador, em dezembro de 1977.

O primeiro, com vistas ao repasse de recursos financeiros do IPHAN à FPACB, destinados à restauração da CATEDRAL BASÍLICA de Salvador, que, no dizer dos estudiosos, é o mais importante exemplar da arquitetura religiosa brasileira.

O segundo, criando o Centro Regional de Restauração de Bens Culturais Móveis, visando ao inventário, à recuperação e à preservação do acervo de bens culturais móveis do Estado, constituído da estatuária, pintura em madeira e sobre tela, pedra, azulejo, prataria, papel, etc.

obras



Capela do Bom Despacho, em Itaparica

No triênio 75/78 foi concluído um volume de obras que envolveu recursos no montante de 13 milhões, 888 mil e 35 cruzeiros, a seguir enumerados:

1. PROJETO RECUPERAÇÃO DO PELOURI-NHO

- 1.1. Praça José de Alencar nº 9 – Biblioteca/atelier restaurante.
- 1.2. Praça José de Alencar, n. 10.

2. PROJETO DESENVOLVIMENTO DO MACIEL

- 2.1. Gregório de Matos nºs 21, 23 e 25 – 2ª e 3ª Unidades Escolares Profissionalizantes.
- 2.2. Gregório de Matos, 29 – Sede da CCR
- 2.3. Obras Gerais em imóveis.

3. PROJETO RESTAURAÇÃO CIDADES HISTÓRICAS DO RECÔNCAVO.

- 3.1. Praça da Aclamação, 10 – Delegacia da Merenda Escolar Cachoeira.
- 3.2. Rua Ana Nery, 7 – Museu da Independência Cachoeira
- 3.3. Rua Ana Nery, 1 – Biblioteca Cachoeira
- 3.4. Forum de Nazaré.



Quinta do Tanque

Encontra-se em andamento um conjunto de obras que, no triênio 75/78, envolveu recursos no valor de 66 milhões, 326 mil e 528 cruzeiros, integrando diferentes Projetos:

1. PROJETO RECUPERAÇÃO DO PELOU- RINHO

- 1.1. Igreja N. S. do Rosário dos Pretos.

2. PROJETO DESENVOLVIMENTO DO MA- CIEL

- 2.1. Solar do Ferrão — Sede Geral da FPACB

3. PROJETO RESTAURAÇÃO DAS CIDADES HISTÓRICAS DO RECÔNCAVO

- 3.1. Convento dos Humildes — Santo Amaro
- 3.2. Igreja e Convento do Carmo — Cachoeira.
- 3.3. Cabana do Pai Tomás.

4. PROJETOS ESPECIAIS

- 4.1. Antiga Escola de Medicina — Centro de Cultura
- 4.2. Quinta do Tanque — Sede da Bahiatursa
- 4.3. Sobrado da Praça Tenente Bottas — Itapara-rica.

patrimônio

O patrimônio próprio da Fundação é constituído, presentemente, de 30 imóveis na cidade do Salvador (Centro Histórico do Pelourinho) e 1 imóvel na cidade de Cachoeira, cuja aquisição se processou ao longo do último decênio, com inversões no valor total de 4 milhões, 600 mil e 661 cruzeiros.

Esse patrimônio já bastante significativo mereceu do atual Governo, no triênio em pauta, recursos no montante de 3 milhões, 953 mil e 604 cruzeiros, possibilitando a aquisição de mais 18 imóveis:

1. prédios à rua João de Deus nºs 18, 30, 32 e 34.
2. prédios e terrenos à rua J. Castro Rabelo nºs 8, 10, 12 e 14.
3. prédios à rua Inácio Acicelli nºs 12 e 18.
4. prédios à rua Gregório de Matos nºs 15, 19, 21, 31, 43 e 45.
5. prédio à rua Francisco Munis Barreto nº 11.
6. prédio à rua Alfredo Brito n. 39.

Desse modo, registra o Governo os resultados alcançados tanto no campo da obra de restauração quanto na área administrativa, merecendo realce o fato de que em relação à primeira, as inversões atingiram valores superiores às administrações precedentes, atendendo a um número bem mais significativo de monumentos recuperados.



conselho estadual de cultura



Compreendendo as Câmaras de Artes e Patrimônio, de Ciências e a de Letras além das Comissões de Legislação e Normas e de Organização da "Revista de Cultura da Bahia", desenvolveu o Conselho Estadual de Cultura atividades as mais relevantes, de incentivo às artes e ciências e à preservação de sua produção. Atendendo, todavia, a conveniência de estudos especializados e com apoio no seu próprio Regimento, deliberou criar a Câmara de Artes e a do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural, segundo Mo-

delo do Conselho Federal de Cultura, em substituição àquela que englobava as duas áreas de ação Cultural — a de Artes e Patrimônio.

No decorrer desse triênio, realizaram-se inúmeras reuniões com as Fundações Cultural e do Patrimônio Artístico e Histórico do Estado, com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e com autorizados especialistas brasileiros e estrangeiros acerca da restauração e de outras providências relativas a monumentos como o Conjunto da Soledade, o edifício da antiga Faculdade de Medicina, o Complexo do Centro da Cidade do Salvador, a ambiência e as ruínas da Torre de Garcia D'Ávila.

Além disso, o lançamento dos nºs 09 e 10 da "Revista de Cultura da Bahia", a exposição de obras publicadas no Estado, em 1975, a publicação, pela terceira vez, do respectivo Catálogo; o lançamento em sessão solene e distribuição às bibliotecas escolares, universitárias e culturais de todo o País de primorosa reprodução fac-similar da edição de "Cachoeira de Paulo Afonso", do magno poeta baiano Castro Alves, feita pela Imprensa Econômica, à Rua dos Algibebes, 22, em 1876, acrescentada de uma nota de apresentação da Câmara de Letras do Conselho de Cultura do Estado, constituem-se em eventos marcantes na divulgação da cultura.



O ICEIA foi totalmente restaurado

Merecem destaque também as comemorações em honra de Augusto Couto Maia, Amélia Rodrigues e José de Oliveira Campos, as celebrações do Centenário de nascimento do grande escritor baiano Afraônio Peixoto.

Junto ao Ministério das Relações Exteriores, através do CFE foi providenciada a micro-filmagem, em Portugal, para aquisição do Estado, da obra inédita "Escola de Cantos de Órgãos", do maestro baiano Caetano de Melo Jesus.

calendários culturais

Produzido também pelo Conselho, o Calendário Cultural teve publicação anual, vários de cujos eventos foram incluídos no Calendário Nacional.

As várias Câmaras ocuparam-se ainda de pedidos de aquisição e publicação pelo Estado de obras Literárias, de poesia, ficção e folclores, de requerimentos de ajuda financeira ao Conselho Federal de Cultura, tais como o do Arcebispado da Bahia para a recuperação do precioso arquivo da Cúria Metropolitana; da Municipalidade de Santo Amaro, objetivando a aquisição do Solar do Conde de Subaé para a instalação da Casa da Cultura da referida cidade; o da Fundação Cultural do Estado para micro-filmagem do acervo documental da Casa de Cultura e Arquivo de Afrânio Peixoto, em Lençóis; da Universidade Federal da Bahia para a realização, do Festival de Artes de 1976, do Instituto de Música da Universidade Católica da Bahia, da Fundação Museu Costa Pinto, da

Associação Cultural de Campo Formoso e do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, entre outros. Foram atendidos em 1977, o Instituto de Música da Bahia e a Associação Cultural de Campo Formoso. Solicitação, da Fundação Cultural do Estado da Bahia, também obteve ajuda para serviços na Casa de Afrânio Peixoto, em Lençóis.

Diversas diligências foram dirigidas à recuperação, de órgãos existentes em Templos baianos, tendo sido destinados à Basílica da Conceição da Praia os recursos Financeiros, oferecidos para tal fim, pelo Instituto Goethe, da Alemanha.

Colaborou também o Conselho no planejamento e efetivação, em Salvador, de cinco a nove de julho de 1976, do Encontro Nacional de Cultura promovido pelo Conselho Federal.

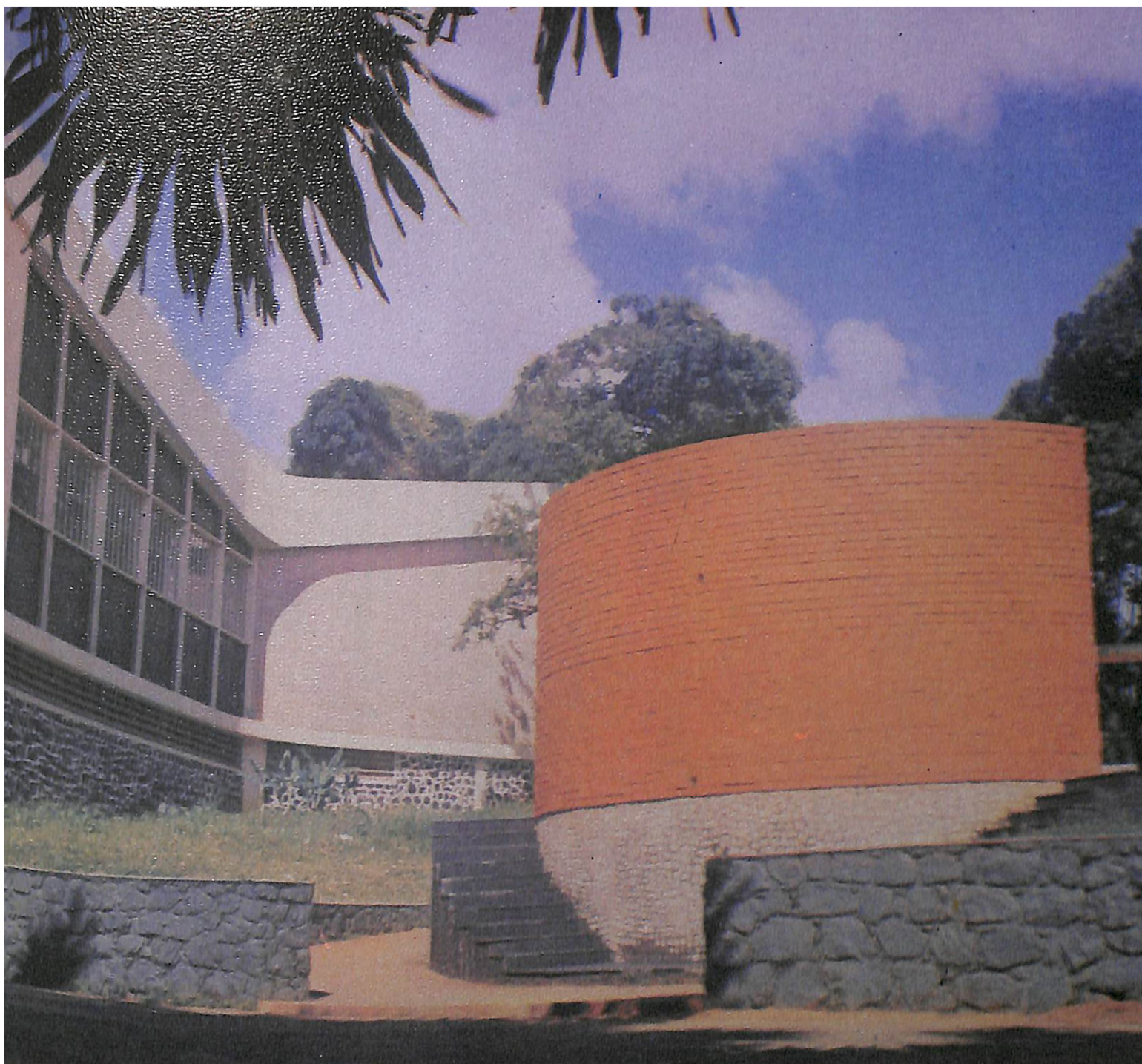
**documento
apresentado
ao governo**

**instalações
ampliadas**

Ao Governo Estadual, apresentou documento intitulado **Sugestões** no qual o Conselho tratou do Plano Estadual de Cultura, das atribuições privativas do Conselho, da defesa e preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Documental, Folclórico, Etnográfico, Arqueológico e Paisagístico Baiano, dos programas de restauração de imóveis e áreas tradicionais; do incentivo ao desenvolvimento da ciência; da questão editorial na Bahia.

A necessidade de editar e reeditar autores baianos, de um lado, e a escassez de recursos financeiros, de outro, levaram o Conselho de Cultura a optar pela coedição, que tão bons resultados vem alcançando em todo o País. Dentro dessa política várias publicações estão programadas para 1978.

Em termos de instalações físicas, o Conselho de Cultura as teve ampliadas em decorrência da transferência do Conselho de Educação para outro local. A Presidência vem diligenciando perante os órgãos competentes, no sentido de ser reformado o auditório existente para que nele possa o Conselho realizar cursos e seminários franqueados ao público.



Vista interna da Escola Parque, totalmente restaurada



Detalhe interior da Escola Parque

CLASSIFICAÇÃO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS PROGRAMADAS
TRIÊNIO 75/77

ANO/ CÓDIGO	Programa	DESPESAS CORRENTES				DESPESAS DE CAPITAL				Total
		Pessoal	Outras Despesas Correntes	Transferências Correntes	Subtotal	Serv. em Reg. Progr. Espec.	Equipamento Instalações	Material Permanente	Subtotal	
1975										
5.10.01	Gabinete	1.046.600	319.000	—	1.365.600	—	35.000	20.000	55.000	1.420.600
5.10.02	ASPO	3.963.000	1.414.000	7.221.500	12.598.500	56.426.000	106.000	70.000	56.602.000	69.200.500
5.10.03	SAG	39.717.300	3.355.000	100.000	43.172.300	—	160.000	40.000	200.000	43.372.300
5.10.04	DEPG	255.075.000	4.350.000	—	259.425.000	—	70.000	250.000	320.000	259.745.000
5.10.05	DESG	199.333.000	920.000	—	200.253.000	—	75.000	75.000	150.000	200.403.000
5.10.06	DESAP	6.862.600	3.068.000	5.970.000	15.900.600	—	30.000	30.000	60.000	15.960.600
5.10.07	DEF	136.000	900.000	—	1.036.000	—	120.000	100.000	220.000	1.256.000
5.10.08	CEE	350.000	110.000	—	460.000	—	53.000	15.000	68.000	528.000
5.10.09	CEC	210.000	140.000	—	350.000	—	6.000	6.000	12.000	362.000
Totais		506.693.500	14.576.000	13.291.500	534.561.000	56.426.000	655.000	606.000	57.687.000	592.248.000
1976										
5.10.01	Gabinete	1.409.000	490.000	—	1.899.000	—	127.000	23.000	150.000	2.049.000
5.10.02	ASPO	1.912.000	1.767.000	35.254.452	38.933.452	86.350.000	740.000	174.000	87.264.000	126.197.452
5.10.03	SAG	81.066.111	3.446.000	89.000	84.601.111	—	270.000	30.000	300.000	84.901.111
5.10.04	DEPG	349.159.691	5.120.000	—	354.279.691	—	200.000	140.000	340.000	354.619.691
5.10.05	DESG	267.389.520	1.000.000	—	268.389.520	—	100.000	100.000	200.000	268.589.520
5.10.06	DESAP	10.520.000	1.375.000	12.553.000	24.448.000	—	—	—	—	24.448.000
5.10.07	DEF	1.080.000	650.000	—	1.730.000	—	78.000	50.000	128.000	1.858.000
5.10.08	CEE	600.000	128.000	—	728.000	—	—	12.000	12.000	740.000
5.10.09	CEC	320.000	140.000	—	460.000	—	6.000	6.000	12.000	472.000
5.10.10	CRD	160.000	50.000	—	210.000	—	10.000	10.000	20.000	230.000
Totais		713.616.322	14.166.000	47.896.452	775.678.774	86.350.000	1.531.000	545.000	88.426.000	864.104.774
1977										
5.10.01	Gabinete	1.510.000	660.000	460.000	2.630.000	—	200.000	200.000	400.000	3.030.000
5.10.02	ASPO	2.935.000	2.800.000	218.457.000	224.192.000	276.066.000	370.000	380.000	276.816.000	501.008.000
5.10.03	SAG	115.610.000	5.300.000	115.000	121.025.000	—	100.000	100.000	200.000	121.225.000
5.10.04	DEPG	409.100.000	6.110.000	2.584.000	417.794.000	—	400.000	250.000	650.000	418.444.000
5.10.05	DESG	337.630.000	3.615.000	—	341.245.000	—	180.000	150.000	330.000	341.575.000
5.10.06	DESAP	10.120.000	2.000.000	21.750.000	33.870.000	—	100.000	400.000	500.000	34.370.000
5.10.07	DEF	718.000	910.000	—	1.628.000	—	50.000	50.000	100.000	1.728.000
5.10.08	CEE	905.000	550.000	—	1.455.000	—	100.000	100.000	200.000	1.655.000
5.10.09	CEC	355.000	200.000	—	555.000	—	90.000	20.000	110.000	665.000
5.10.10	CRD	182.000	70.000	—	252.000	—	80.000	10.000	90.000	342.000
5.10.11	DESU	510.000	316.000	—	826.000	—	150.000	350.000	500.000	1.326.000
Totais		879.575.000	22.531.000	243.366.000	1.145.472.000	276.066.000	1.820.000	2.010.000	279.896.000	1.425.368.000

CLASSIFICAÇÃO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS REALIZADAS
TRIÊNIO – 1975/1977

ANO/ CÓDIGO	Programa	DESPESAS CORRENTES					DESPESAS DE CAPITAL				Total Capital
		Pessoal	Outras Despesas Correntes	Transferências Correntes	Subtotal	Total Corrente	Serv. em Reg. Progr. Especial	Equipamentos e Instalações	Material Permanente	Subtotal	
1975											
5.10.01	GABINETE	999.571,	316.769,	—	1.316.340,	—	—	26.928,	5.863,	32.791,	—
5.10.02	ASPO	961.284,	1.036.831,	27.590.034,	29.588.149,	—	19.042.000,	103.716,	47.590,	19.193.306,	—
5.10.03	SAG	38.728.467,	1.401.133,	228,	40.129.828,	—	—	118.935,	29.223,	148.158,	—
5.10.04	DEPG	247.029.781,	4.051.508,	—	251.081.289,	—	—	21.250,	170.917,	192.167,	—
5.10.05	DESG	201.630.239,	883.140,	—	202.513.379,	—	—	64.578,	50.992,	115.570,	—
5.10.06	DESAP	4.226.379,	1.245.475,	7.933.000	13.404.854,	—	—	27.935,	19.705,	47.640,	—
5.10.07	DEF	70.173,	675.789,	—	745.962,	—	—	81.554,	53.658,	135.212,	—
5.10.08	CEE	258.497,	103.140,	—	361.367,	—	—	36.460,	14.669,	51.129,	—
5.10.09	CEC	145.494,	27.462,	—	172.956,	—	—	—	615,	615,	—
5.10.10	CRD	35.742,	6.488,	—	42.230,	—	—	1.995,	1.993,	3.988,	—
—	ARQ	650.000,	—	—	650.000,	—	83.065,	—	—	—	—
1976											
5.10.01	GABINETE	1.232.402,	437.330,	—	1.669.732,	—	—	123.762,	1.351,	125.113,	—
5.10.02	ASPO	1.026.260,	1.474.451,	33.421.572,	35.922.283,	—	18.645.217,	693.073,	93.012,	19.431.302,	—
5.10.03	SAG	79.596.687,	2.489.530,	—	82.086.217,	—	—	268.196,	26.562,	294.758,	—
5.10.04	DEPG	339.850.483,	4.058.226,	—	343.908.709,	—	—	175.611,	85.041,	260.652,	—
5.10.05	DESG	230.735.008,	691.063,	—	231.426.071,	—	—	—	43.434,	43.434,	—
5.10.06	DESAP	9.862.419,	985.808,	12.429.038	23.429.038,	—	—	—	—	—	—
5.10.07	DEF	12.985,	529.051,	—	542.036,	—	—	—	26.170,	26.170,	—
5.10.08	CEE	453.958,	127.097,	—	611.055,	—	—	—	11.811,	11.811,	—
5.10.09	CEC	224.831,	39.352,	—	264.183,	—	—	5.723,	3.858,	9.581,	—
5.10.10	CRD	145.892,	34.004,	—	179.896,	—	—	4.950,	4.946,	9.896,	—
—	ARQ	820.000,	—	—	820.000,	—	87.500,	—	—	—	—
1977											
5.10.01	GABINETE	1.841.859,	694.296,	—	2.536.155,	5.522.227,	—	140.070,	9.006,	140.076,	306.980,
5.10.02	ASPO	1.763.842,	2.146.693,	50.327.197,	54.237.732,	119.748.164,	4.308.000,	88.241,	100.193,	4.496.434,	43.121.042,
5.10.03	SAG	68.429.606	3.850.100,	—	72.279.706,	194.495.751,	—	—	—	—	442.916,
5.10.04	DEPG	504.429.706,	7.891.312,	—	512.321.018,	1.107.311.016,	—	50.648,	68.384,	119.032,	571.851,
5.10.05	DESG	424.285.799,	2.773.240,	—	427.059.039,	860.998.489,	—	8.694,	14.164,	22.850,	181.854,
5.10.06	DESAP	15.955.893,	1.703.160,	20.806.000,	38.806.000,	75.639.892,	—	99.063,	200.000,	299.063,	346.703,
5.10.07	DEF	63.962,	790.734,	—	854.696,	2.142.694,	—	41.604,	49.834,	91.438,	252.820,
5.10.08	CEE	783.791,	582.156,	—	1.365.947,	2.338.639,	—	171.384,	118.940,	290.940,	353.880,
5.10.09	CEC	321.030,	196.696,	—	517.726,	954.865,	—	27.467,	—	27.467,	37.663,
5.10.10	CRD	222.348,	33.816,	—	256.164,	478.290,	—	59.128,	2.916,	62.044,	75.928,
5.10.11	DESU	—	346.459,	—	346.459,	346.459,	—	13.634,	46.746,	60.380,	60.380,
—	ARQ	1.127.734,	—	—	1.127.734,	2.127.734,	256.289,	—	—	—	426.854,

QUADRO – RESUMO DA ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS
TRIÊNIO 75/77

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS					RECURSOS NÃO ORÇAMENTÁRIOS				
EXERCÍCIOS	PROGRAMAS	PRÓPRIOS	S.E./Q.E.	SUBTOTAL	CONVÊNIO MEC	S.E./Q.E.	SUBTOTAL	TOTAL	%
1975	Gabinete	1.420.600		1.420.600	—	—	—	1.420.600	0,23
	ASPO	69.200.500		69.200.500	—	—	—	69.200.500	11,21
	SAG	43.372.300		43.372.300	—	—	—	43.372.300	7,03
	DEPG	234.549.350	25.195.650	259.745.000	570.000	14.209.700	14.779.700	274.524.700	44,49
	DESG	200.403.000		200.403.000	8.750.680		8.750.680	209.153.680	33,89
	DESAP	15.960.600		15.960.600	—	—	—	15.960.600	2,59
	DEF	1.256.000		1.256.000	1.300.000	—	1.300.000	2.556.000	0,41
	CEE	528.000		528.000	—	—	—	528.000	0,09
	CEC	362.000		362.000	—	—	—	362.000	0,06
TOTAIS		567.052.350	25.195.650	592.248.000	10.620.680	14.209.700	24.830.380	617.078.380	100,00
1976	Gabinete	2.049.000		2.049.000	—	—	—	2.049.000	0,23
	ASPO	126.197.452		126.197.452	963.300	—	963.300	127.160.752	14,27
	SAG	84.901.111		84.901.111	—	—	—	84.901.111	9,53
	DEPG	253.505.291	101.114.400	354.619.691	—	22.197.200	22.197.200	376.816.891	42,28
	DESG	268.589.520		268.589.520	4.026.500	—	4.026.500	272.616.020	30,59
	DESAP	24.448.000		24.448.000	—	—	—	24.448.000	2,74
	DEF	1.858.000		1.858.000	—	—	—	1.858.000	0,20
	CEE	740.000		740.000	—	—	—	740.000	0,08
	CEC	472.000		472.000	—	—	—	472.000	0,05
	CRD	230.000		230.000	—	—	—	230.000	0,03
TOTAIS		762.990.374	101.114.400	864.104.774	4.989.800	22.197.200	27.187.000	891.291.774	100,00
1977	Gabinete	3.030.000		3.030.000	—	—	—	3.030.000	0,21
	ASPO	501.008.000		501.008.000	3.176.000	—	3.176.000	504.184.000	34,40
	SAG	121.225.000		121.225.000	—	—	—	121.225.000	8,27
	DEPG	258.444.000	160.000.000	418.444.000	—	35.960.000	35.960.000	454.404.000	31,00
	DESG	341.575.000		341.575.000	1.229.700	—	1.229.700	342.804.700	23,39
	DESAP	34.370.000		34.370.000	—	—	—	34.370.000	2,34
	DEF	1.728.000		1.728.000	—	—	—	1.728.000	0,12
	CEE	1.655.000		1.655.000	—	—	—	1.655.000	0,11
	CEC	665.000		665.000	—	—	—	665.000	0,05
	CED	342.000		342.000	—	—	—	342.000	0,02
	DESU	1.326.000		1.326.000	—	—	—	1.326.000	0,09
TOTAIS		1.265.368.000	160.000.000	1.425.368.000	4.405.700	35.960.000	40.365.700	1.465.733.700	100,00

Organização e levantamento de dados :
LINDÓIA BARRETO VINHAS

Diagramação e arte :
ODILTON R. OLIVEIRA

